

Lei Orgânica de Itajaí

(Atualizada até a Emenda n. 50/2014 – 1º trimestre/2014)

**ÍNDICE SISTEMÁTICO DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
E EMENDAS**

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PERMANENTES

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Seção I

Dos Princípios Fundamentais (Arts. 1 ao 4).....08

Seção II

Da Organização Político-Administrativa (Arts. 5 ao 6).....09

Seção III

Dos Bens e da Competência (Arts. 7ao 9).....09

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Seção I

Disposições Gerais (Art 10).....12

Seção II

Dos Servidores Públicos (Arts. 11 ao 14).....17

CAPÍTULO III

DO PODER LEGISLATIVO

Seção I

Da Câmara Municipal (Arts. 15 ao 16).....20

Seção II

Das Atribuições da Câmara Municipal (Arts. 17 ao 18).....21

Seção III

Dos Vereadores (Arts. 19 ao 22).....24

Seção IV

Das Reuniões (Art. 23).....26

Seção V	
Da Mesa e das Comissões (Arts. 24 ao 26).....	27
Seção VI	
Do Processo Legislativo	
Subseção I	
Disposição Geral (Art. 27)	28
Subseção II	
Da Emenda à Lei Orgânica Municipal (Art. 28)	29
Subseção III	
Das Leis (Arts. 29 ao 35).....	29
Seção VII	
Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (Arts. 36 ao 39).....	32
 CAPÍTULO IV	
DO PODER EXECUTIVO	
Seção I	
Do Prefeito e do Vice-Prefeito (Arts. 40 ao 46).....	34
Seção II	
Das Atribuições do Prefeito (Art. 47).....	35
Seção III	
Da Responsabilidade do Prefeito (Art. 48).....	38
Seção IV	
Da Perda e Extinção do Mandato (Arts. 49 ao 50).....	39
Seção V	
Dos Secretários Municipais (Arts. 51 ao 52).....	39
Seção VI	
Da Procuradoria Geral do Município (Art. 53).....	40
Seção VII	
Dos Atos Municipais (Arts. 54 ao 55).....	40
Seção VIII	
Dos Livros (Art. 56).....	41
Seção IX	

Dos Atos Administrativos (Art. 57).....	41
Seção X	
Da Fiscalização Popular (Arts. 58 ao 60).....	42
Seção XI	
Das Proibições (Arts. 61 ao 62).....	43
Seção XII	
Das Certidões (Art. 63).....	43
Seção XIII	
Das Obras e Serviços Municipais (Arts. 64 ao 68).....	43

TÍTULO II

DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

CAPÍTULO I

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Seção I

Dos Princípios Gerais (Arts. 69 ao 71).....	45
---------------------------------------------	----

Seção II

Das Limitações do Poder de Tributar (Arts. 72 ao 73).....	45
-----------------------------------------------------------	----

Seção III

Dos Impostos (Art. 74).....	47
-----------------------------	----

Seção IV

Das Taxas (Art. 75).....	48
--------------------------	----

Seção V

Das Contribuições (Arts. 76 ao 77).....	48
-----------------------------------------	----

Seção VI

Do Processo Administrativo Tributário (Arts. 78 ao 84).....	49
-------------------------------------------------------------	----

TÍTULO III

DAS FINANÇAS E DO ORÇAMENTO

CAPÍTULO I

DA RECEITA E DA DESPESA

Seção I

Da Receita (Arts. 85 ao 89).....	50
Seção II	
Da Despesa (Arts. 90 ao 93).....	51
 CAPÍTULO II	
DO ORÇAMENTO (Arts. 94 ao 107).....	52
 TÍTULO IV	
DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL	
CAPÍTULO I	
DISPOSIÇÕES GERAIS (Arts. 108 ao 112).....	56
 CAPÍTULO II	
DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL (Art. 113).....	56
Seção I	
Do Plano Diretor (Arts. 114 ao 115).....	57
Seção II	
Da Política Urbana (Arts. 116 ao 128).....	58
 CAPÍTULO III	
DO MEIO AMBIENTE (Arts. 129 ao 147).....	62
 CAPÍTULO IV	
DA AGRICULTURA E DA PESCA (Arts. 148 ao 158).....	67
 CAPÍTULO V	
DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (Arts. 159 ao 170).....	69
Seção I	
Da Criança e do Adolescente (Arts. 171 ao 172).....	71
Seção II	
Do Idoso (Art. 173).....	72
Seção III	

Da Pessoa Portadora de Deficiência (Arts. 174 ao 178).....	72
------------------------------------------------------------	----

CAPÍTULO VI

DA SAÚDE (Arts. 179 ao 184).....	73
----------------------------------	----

CAPÍTULO VII

DA EDUCAÇÃO (Arts. 185 ao 193).....	76
-------------------------------------	----

CAPÍTULO VIII

DA CULTURA (Arts. 194 ao 195).....	79
------------------------------------	----

CAPÍTULO IX

DOS ESPORTES E RECREAÇÃO (Arts. 196 ao 197).....	80
--------------------------------------------------	----

CAPÍTULO X

DOS TRANSPORTES URBANOS (Arts. 198 ao 200).....	80
-------------------------------------------------	----

TÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS (Arts. 201 ao 203).....	82
---------------------------------------------------	----

ATO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS (Arts. 1º ao 13).....	82
---------------------------------------------------------------	----

TEXTOS DAS EMENDAS À LEI ORGÂNICA

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 01 de 30 de novembro de 1992.....	86
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 02 de 21 de dezembro de 1992.....	87
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 03 de 10 de dezembro de 1992.....	88
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 04 de 27 de abril de 1993.....	89
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 05 de 10 de maio de 1993.....	90
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 06 de 21 de outubro de 1997.....	91
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 07 de 24 de outubro de 1997.....	92
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 08 de 19 de junho de 1998.....	93
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 09 de 16 de dezembro de 1998.....	94

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 10 de 28 de setembro de 1999.....	95
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 11 de 03 de dezembro de 1999.....	97
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 12 de 27 de dezembro de 1999.....	98
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 13 de 28 de março de 2000.....	99
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 14 de 25 de abril de 2000.....	100
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 15 de 30 de setembro de 2003.....	101
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 16 de 11 de agosto de 2004.....	102
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 17 de 11 de agosto de 2004.....	103
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 18 de 28 de Dezembro de 2004.....	104
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 19 de 1º de abril de 2005.....	105
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 20 de 27 de abril de 2005.....	106
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 21 de 10 de agosto de 2005.....	107
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 22 de 10 de novembro de 2005.....	108
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 23 de 22 de dezembro de 2005.....	109
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 24 de 21 de março de 2006	110
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 25 de 30 de agosto de 2006.....	111
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 26 de 22 de setembro de 2006	112
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 27 de 23 de março de 2007	113
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 28 de 05 de julho de 2007.....	114
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 29 de 05 de julho de 2007.....	115
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 30 de 04 de setembro de 2007.....	116
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 31 de 13 de dezembro de 2007.....	119
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 32 de 20 de agosto de 2008.....	122
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 33 de 03 de dezembro de 2008.....	123
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 34 de 03 de dezembro de 2008.....	124
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 35 de 06 de maio de 2009.....	125
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 36 de 20 de maio de 2009.....	126
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 37 de 15 de julho de 2009.....	127
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 38 de 30 de setembro de 2009.....	129
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 39 de 25 de novembro de 2009.....	131
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 40 de 25 de novembro de 2009.....	134
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 41 de 31 de março de 2010.....	135

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 42 de 27 de dezembro de 2010.....	136
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 43 de 09 de agosto de 2011.....	137
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 44 de 18 de novembro de 2011.....	138
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 45 de 28 de março de 2012.....	139
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 46 de 28 de MARÇO de 2012.....	141
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 47 de 23 de MAIO de 2012.....	142
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 48 de 23 de MAIO de 2012.....	143
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 49 de 23 de MAIO de 2012.....	144
EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 50 de 23 de MAIO de 2012.....	145
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	146

Lei Orgânica do Município de Itajaí

De 4 de abril de 1990.

A Câmara de Vereadores de Itajaí, constituída em Poder Legislativo orgânico, com as atribuições previstas no artigo 29 da Constituição Federal, sob a proteção de Deus, promulga a seguinte Lei Orgânica:

TÍTULO I

Capítulo I

Da Organização do Município

Seção I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º - O Município de Itajaí, em união indissolúvel ao Estado de Santa Catarina e à República Federativa do Brasil, constituído, dentro do Estado Democrático de Direito, em

esfera de governo local, objetiva, na sua área territorial e competencial, o seu desenvolvimento com a construção de uma comunidade livre, justa e solidária fundamentada na autonomia, na cidadania, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais do trabalho, na livre iniciativa e no pluralismo político. Exerce o seu poder por decisão dos munícipes, por seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Lei orgânica, da Constituição Estadual e da Constituição Federal.

Parágrafo Único - A ação municipal desenvolve-se em todo o seu território, sem privilégios de distritos ou bairros, reduzindo as desigualdades regionais e sociais, promovendo o bem estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 2º - São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Art. 3º - O Município, objetivando integrar a organização, planejamento e a execução de funções públicas de interesse regional comum, pode associar-se aos demais municípios limítrofes e ao Estado para formar a Associação de Municípios.

Parágrafo Único - A defesa dos interesses municipalistas fica assegurada por meio de associação ou convênio com outros municípios ou entidades localistas.

Art. 4º - São símbolos do Município de Itajaí: a Bandeira, o Hino, e o Brasão.

Seção II

Da Organização Político-Administrativa

Art. 5º - O Município de Itajaí, unidade territorial do Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com autonomia política, administrativa e financeira, é organizado e regido pela presente Lei Orgânica, na forma da Constituição Federal e da Constituição Estadual.

§ 1º - O Município tem sua sede na cidade de Itajaí.

§ 2º - A criação, a organização e a supressão de distritos dependem de Lei Municipal, observada a legislação estadual.

§ 3º - Qualquer alteração territorial do Município de Itajaí só poderá ser feita, na forma da Lei Complementar Estadual, preservando a continuidade e a unidade histórico-cultural do

ambiente urbano, dependente de consulta prévia às populações diretamente interessadas, mediante plebiscito.

Art. 6º - É vedado ao Município:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter, com eles ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferência entre si;

IV - subvencionar ou auxiliar, de qualquer forma, com recursos públicos, quer pela imprensa escrita, rádio, televisão, serviço de alto-falante, cartazes, anúncios ou outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou a que se destinar a campanhas ou objetivos estranhos à administração e ao interesse público.

Seção III

Dos Bens e da Competência

Art. 7º - São bens do Município de Itajaí:

I - os bens que atualmente lhe pertençam e os que lhe vierem a pertencer;

II - as áreas sob seu domínio.

Parágrafo Único – O Município tem direito à participação no resultado de exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais do respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva pertencente a Itajaí, ou compensação financeira por esta exploração, nos termos do Art. 20, § 1º da Constituição Federal. **(Parágrafo único com redação determinada pela Emenda n. 39, de 25 de novembro de 2009).**

Art. 8º - Compete ao Município:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência;

IV - aplicar suas rendas, prestando contas e publicando balancetes, nos prazos fixados em lei;

- V** - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- VI** - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluindo o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- VII** – manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental; **(Inciso VII com redação determinada pela Emenda n. 39, de 25 de novembro de 2009).**
- VIII** - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- IX** - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- X** - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observadas a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;
- XI** - elaborar e executar a política de desenvolvimento urbano, com o objetivo de ordenar as funções sociais das áreas habitadas do Município e garantir o bem-estar de seus habitantes;
- XII** - elaborar e executar o Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana;
- XIII** - exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, na forma do Plano Diretor. Sob pena, sucessivamente, de parcelamento ou edificação compulsórios, imposto sobre a propriedade urbana progressivo no tempo da desapropriação com pagamentos mediante títulos da dívida pública municipal, com prazo de resgate até dez anos, em parcelas anuais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais, nos termos da Constituição Federal;
- XIV** - constituir a guarda municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei,
- XV** - planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas;
- XVI** - legislar sobre a licitação e contratação em todas as modalidades, para a administração pública municipal, direta e indiretamente, inclusive as fundações públicas municipais e em empresas sob seu controle, respeitadas as normas gerais da legislação federal;
- XVII** - a prevenção contra incêndios;

- XVIII** - a prevenção e proteção dos habitantes contra sinistros ou calamidades de qualquer natureza e, caso ocorram, os trabalhos de salvamento das pessoas e seus bens;
- XIX** - as buscas e os salvamentos em geral.

Art. 9º - Da competência do Município em comum com a União e o Estado:

I - zelar pela guarda da Constituição Federal, da Constituição Estadual e das leis destas esferas de governo, das instituições democráticas desta Lei Orgânica e conservar o patrimônio público; **(Inciso I com redação determinada pela Emenda n. 39, de 25 de novembro de 2009).**

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia de crianças, idosos e portadores de deficiência;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, ao esporte, à educação, à ciência e ao lazer;

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna, a flora, as praias, os manguezais e os costões;

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - promover programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

XII - estabelecer e implantar a política de educação para a segurança do trânsito.

Parágrafo Único - A cooperação do Município com a União e o Estado, tendo em vista o equilíbrio de desenvolvimento e do bem-estar na sua área territorial, será feita na conformidade de leis complementares federais fixadoras dessas normas. **(Parágrafo único com redação determinada pela Emenda n. 39, de 25 de novembro de 2009).**

Capítulo II

Da Administração Pública

Seção I

Disposições Gerais

Art. 10 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Município, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: **(Caput com redação determinada pela Emenda n. 39, de 25 de novembro de 2009).**

I - Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros na forma da lei; **(Inciso I com redação determinada pela Emenda n. 39, de 25 de novembro de 2009).**

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; **(Inciso II com redação determinada pela Emenda n. 39, de 25 de novembro de 2009).**

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável por igual período; **(Inciso III com redação determinada pela Emenda n. 39, de 25 de novembro de 2009).**

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas, ou de provas e títulos será convocado, com prioridade, sobre os novos concursados, para assumir cargo ou emprego, na carreira; **(Inciso IV com redação determinada pela Emenda n. 39, de 25 de novembro de 2009).**

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; **(Inciso V com redação determinada pela Emenda n. 39, de 25 de novembro de 2009).**

VI - é garantido ao servidor público o direito à livre associação sindical; **(Inciso VI com redação determinada pela Emenda n. 39, de 25 de novembro de 2009).**

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei federal específica; **(Inciso VII com redação determinada pela Emenda n. 39, de 25 de novembro de 2009).**

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X - a revisão geral de remuneração dos servidores públicos far-se-á sempre na mesma data;

XI - a lei fixará o limite máximo, entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observado, como limite máximo, os valores percebidos como remuneração, em espécie - pelo Prefeito;

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para efeito de remuneração do pessoal do serviço público, ressalvado o disposto no inciso anterior e no § 1.º do Art. 11, desta Lei Orgânica;

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento;

XV - os vencimentos dos servidores públicos são irredutíveis e a remuneração observará o que dispõe os incisos XI e XII deste artigo, bem como os artigos 151, II; 153, § 2.º, I da Constituição Federal;

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários;

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro técnico científico;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais da área de saúde, com profissão regulamentada. **(Alínea 'c' com redação determinada pela Emenda n. 31, de 13 de dezembro de 2007)**

XVII - a proibição de anular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público;

XVIII - a administração fazendária, e seus fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, procedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX - somente por lei específica poderão ser criadas empresa pública, sociedade de economia mista, e fundações mantidas pelo Poder Público;

XX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras os serviços, compras e alienação serão contratados, mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, exigindo-se a qualificação técnica e econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações;

XXII - É assegurado ao servidor público titular de cargo efetivo, de forma compulsória à sua investidura no cargo, sua vinculação ao regime próprio de previdência social do município, o qual será instituído e disciplinado em lei complementar. **(Inciso XXII acrescentado pela Emenda n. 31, de 13 de dezembro de 2007)**

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanha dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social. Não podendo nela, constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de serviços públicos.

§ 2º - A não observância do disposto nos incisos II e III deste artigo implicará na nulidade do ato e na punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º - As reclamações relativas à prestação de serviços públicas serão disciplinadas em lei.

§ 4º - Os atos de improbidade administrativas importarão na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento ao erário público na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º - Os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas às respectivas ações de ressarcimento são os estabelecidos em Lei Federal.

§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes nessa qualidade causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e culpa.

Artigo 10-A. - É vedada no âmbito do Poder Executivo, abrangendo os órgãos da Administração Direta e Indireta: **(Caput acrescentado pela Emenda nº 30, de 4 de setembro de 2007)**

I - a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, de cônjuge, companheiro ou parente, consangüíneos (em linha reta ou colateral, até o terceiro grau), ou por afinidade (em linha reta até o terceiro grau ou em linha colateral até o segundo grau), do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Chefes de Gabinete, Superintendentes, Procuradores, Coordenadores Técnicos, Coordenadores Regionais de Atendimento ao Cidadão e Diretores, todos do Poder Executivo Municipal; **(Inciso I acrescentado pela Emenda nº 30, de 4 de setembro de 2007)**

II – a nomeação ou designação para cargos de provimento em comissão ou função gratificada, de cônjuge, companheiro ou parente, consangüíneo (em linha reta ou colateral, até o terceiro grau) ou por afinidade (em linha reta até o terceiro grau, ou em linha colateral até o segundo grau), do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Chefes de Gabinete, Superintendentes, Procuradores, Coordenadores Técnicos, Coordenadores Regionais de Atendimento ao Cidadão e Diretores, todos do Poder Executivo Municipal; **(Inciso II acrescentado pela Emenda n. 30, de 4 de setembro de 2007)**

§ 1.º - Ficam excepcionadas, na hipótese do inciso I do caput, as contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público desde que precedidas de regular processo seletivo, em cumprimento de preceito legal. **(§ 1º acrescentado pela Emenda n. 30, de 4 de setembro de 2007)**

§ 2.º - Ficam excepcionadas, na hipótese do inciso II do caput, as nomeações ou designações de servidores ocupantes de cargo ou emprego público efetivos do Poder Executivo Municipal, admitidos por concurso público ou regular processo seletivo, observada a compatibilidade do grau de escolaridade do cargo de origem ou a compatibilidade da atividade que lhe seja afeta e a complexidade inerente ao cargo em comissão a ser exercido, além da qualificação profissional de servidor, vedada, em qualquer caso, a subordinação direta com a pessoa determinante da incompatibilidade. **(§ 2º acrescentado pela Emenda n. 30, de 4 de setembro de 2007)**

Artigo 10-B - É vedada no âmbito do Poder Legislativo: **(Caput acrescentado pela Emenda n. 30, de 4 de setembro de 2007)**

I - a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público de cônjuge, companheiro ou parente, consangüíneos (em linha reta ou colateral, até o terceiro grau) ou por afinidade (em linha reta até o terceiro grau, ou em linha reta colateral até o segundo grau), dos Vereadores, Secretários, Procurador, Chefe de Gabinete e Diretores, todos do Poder Legislativo Municipal; **(Inciso I acrescentado pela Emenda n. 30, de 4 de setembro de 2007)**

II - a nomeação ou designação para cargos de provimentos em comissão ou função gratificada, de cônjuge, companheiro ou parente, consangüíneos (em linha reta ou colateral, até o terceiro grau) ou por afinidade (em linha reta até o terceiro grau, ou em linha colateral até o segundo grau), dos Vereadores, Secretários, Procurador, Chefe de Gabinete e Diretores, todos do Poder Legislativo Municipal. **(Inciso II acrescentado pela Emenda n. 30, de 4 de setembro de 2007)**

§ 1º - Ficam excepcionadas, na hipótese do inciso I do caput, as contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público desde que precedidas de regular processo seletivo em cumprimento de preceito legal. **(§ 1º acrescentado pela Emenda nº 30, de 4 de setembro de 2007)**

§ 2º - Ficam excepcionadas, na hipótese do inciso II do caput, as nomeações ou designações de servidores ocupantes de cargo ou emprego público efetivos do Poder Legislativo Municipal, admitidos por concurso público ou regular processo seletivo, observada a compatibilidade do grau de escolaridade do cargo de origem, ou a compatibilidade da atividade que lhe seja afeta e a complexidade inerente ao cargo em comissão a ser exercido, além da qualificação profissional do servidor, vedada, em qualquer caso, a subordinação direta com a pessoa determinante da incompatibilidade. **(§ 2º acrescentado pela Emenda nº 30, de 4 de setembro de 2007)**

Art. 10-C.- No âmbito de cada Poder deverá ser observado quanto ao preenchimento dos cargos, empregos e funções; **(Caput acrescentado pela Emenda nº 30, de 4 de setembro de 2007)**

§ 1º - O nomeado, designado ou contratado, antes da posse ou admissão, declarará por escrito não ter relação familiar ou de parentesco que importe prática vedada pela lei orgânica do município de Itajaí. **(§ 1º acrescentado pela Emenda nº 30, de 4 de setembro de 2007)**

§ 2º - A não observância no disposto nos artigos 10-A e 10-B implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei. **(§ 2º acrescentado pela Emenda nº 30, de 4 de setembro de 2007)**

Seção II

Dos Servidores Públicos

Art. 11 - O Município instituirá regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta das Autarquias e das Fundações Públicas.

§ 1º - A Lei assegurará aos servidores da administração direta isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo poder ou entre servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

§ 2º - Aplica-se a esses servidores o disposto no art. 7º, IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII e XXX da Constituição Federal.

Art. 12 - O Servidor Público Titular de cargo efetivo, admitido na administração municipal a partir de 31 de dezembro de 2003 será aposentado conforme as regras abaixo: **(Caput com redação determinada pela Emenda n. 31, de 13 de dezembro de 2007)**

I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais, quando decorrentes de acidentes em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos, calculados na forma do § 5º; **(Inciso I com redação determinada pela Emenda n. 31, de 13 de dezembro de 2007)**

II - Compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma do § 5º; **(Inciso II com redação determinada pela Emenda n. 31, de 13 de dezembro de 2007)**

III - Voluntariamente, desde que, cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições: **(Inciso III com redação determinada pela Emenda n. 31, de 13 de dezembro de 2007)**

- a) aos sessenta anos de idade, e trinta e cinco anos de contribuição, se homem, com proventos integrais, calculados na forma do § 5º; **(Alínea 'a' com redação determinada pela Emenda n. 31, de 13 de dezembro de 2007)**

- b) aos cinquenta e cinco anos de idade e trinta anos de contribuição, se mulher, com proventos integrais, calculados na forma do § 5º; **(Alínea ‘b’ com redação determinada pela Emenda n. 31, de 13 de dezembro de 2007)**
- c) aos cinquenta e cinco anos de idade e trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e cinquenta anos de idade e vinte e cinco de contribuição, se professora, com proventos integrais, calculados na forma do § 5º; **(Alínea ‘c’ com redação determinada pela Emenda n. 31, de 13 de dezembro de 2007)**
- d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição calculados na forma do § 5º. **(Alínea ‘d’ com redação determinada pela Emenda n. 31, de 13 de dezembro de 2007)**

§ 1º - A Lei Municipal poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, “a” e “c”, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas, assim definidas na legislação federal; **(§ 1º com redação determinada pela Emenda n. 31, de 13 de dezembro de 2007)**

§ 2º - A Lei Municipal disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários, observado o disposto no parágrafo anterior; **(§ 2º com redação determinada pela Emenda n. 31, de 13 de dezembro de 2007)**

§ 3º - O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e de disponibilidade;

§ 4º - Aplica-se ao servidor público o disposto no § 2º, do art. 202 da Constituição Federal;

§ 5º - Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, devidamente atualizadas na forma prevista no parágrafo seguinte, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondente a 80% (oitenta por cento) de todo período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência; **(§ 5º com redação determinada pela Emenda n. 31, de 13 de dezembro de 2007)**

§ 6º - Os proventos de aposentadoria e as pensões serão reajustados para preservá-lhes em caráter permanente, o valor real, da mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, de acordo com o índice estabelecido

em lei complementar; **(§ 6º com redação determinada pela Emenda n. 31, de 13 de dezembro de 2007)**

§ 7º - Os benefícios da pensão por morte será igual ao valor da totalidade dos proventos percebidos pelo servidor na data anterior à do óbito ou, ao valor da totalidade da remuneração de contribuição percebida no cargo efetivo na data anterior à do óbito, caso em atividade; em ambos os casos até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, acrescido de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite; **(§ 7º com redação determinada pela Emenda n. 31, de 13 de dezembro de 2007)**

§ 8.º - Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não excederão a remuneração ou o subsídio do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, e nem serão inferiores ao valor do salário mínimo. **(§ 8º com redação determinada pela Emenda n. 31, de 13 de dezembro de 2007)**

§ 9º - As regras de concessões de aposentadoria e demais benefícios previdenciários dos servidores públicos constam da lei que ordena o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Itajaí. **(§ 9º com redação determinada pela Emenda n. 31, de 13 de dezembro de 2007)**

Art. 13 – São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. **(Caput com redação determinada pela Emenda n. 38, de 30 de setembro de 2009)**

§ 1º - O servidor público estável só perderá o cargo: **(§ 1º com redação determinada pela Emenda n. 38, de 30 de setembro de 2009)**

I – em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II – mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III – mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, assegurada ampla defesa.

§ 2º - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço. **(§ 2º com redação determinada pela Emenda n. 38, de 30 de setembro de 2009)**

§ 3º - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo. (**§ 3º com redação determinada pela Emenda n. 38, de 30 de setembro de 2009**)

§ 4º - Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade, devendo essa avaliação ser verificada, pelo menos, de seis em seis meses, durante o prazo mencionado no caput deste artigo". (**§ 4º acrescentado pela Emenda n. 38, de 30 de setembro de 2009**)

Art. 14 - Ao servidor público em exercício de mandato eletivo aplicam-se as disposições do artigo 38 da Constituição Federal.

Capítulo III
Do Poder Legislativo
Seção I
Da Câmara Municipal

Art. 15 - O Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal, que se compõe de vereadores representantes da comunidade, eleitos pelo sistema proporcional em todo o território municipal, na forma da Constituição Federal.

§ 1º - O mandato dos vereadores será de quatro anos.

§ 2º - A eleição dos vereadores ocorrerá simultaneamente à do Prefeito e Vice-Prefeito e realizar-se-á no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder. (**§ 2º com redação determinada pela Emenda n. 39, de 25 de novembro de 2009**).

§ 3º - Fica fixado em 21 (vinte e um) o número de vereadores. (**§ 3º com redação determinada pela Emenda n. 43, de 09 de agosto de 2011**)

**O § 3º foi anteriormente alterado pela Emenda n. 15/2003, Emenda n. 16/2004, Emenda n. 18/2004 e Emenda 36/2009*

§ 4º - É vedado o voto secreto nas deliberações da Câmara de Vereadores de Itajaí. (**§ 4º acrescentado pela Emenda n. 48, de 27 de setembro de 2013**)

Art. 16 - Salvo disposição em contrário desta lei, as deliberações da Câmara Municipal serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Seção II

Das Atribuições da Câmara Municipal

Art. 17 - Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do prefeito, não exigida esta para o especificado artigo 18, com exceção ao inciso XXIII, e artigo 28 desta Lei Orgânica, dispor sobre todas as matérias da competência do Município, especialmente, sobre: **(Caput com redação determinada pela Emenda n. 8, de 19 de junho de 1998)**

- I** - sistema tributário municipal, arrecadação e distribuição de suas rendas;
- II** - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito e dívida pública;
- III** - fixação e modificação do efetivo da Guarda Municipal;
- IV** - planos e programas municipais de desenvolvimento;
- V** - bens de domínio do Município;
- VI** - transferência temporária da sede do Governo Municipal;
- VII** - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas municipais;
- VIII** - organização das funções fiscalizadoras da Câmara Municipal;
- IX** - normatização da cooperação das associações representativas no planejamento municipal;
- X** - normatização da iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade, de vilas ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado;
- XI** - criação, organização e supressão de distritos;
- XII** - criação, estruturação e atribuições das secretarias municipais e respectivas diretorias;
- XIII** - criação, transformação, extinção e estruturação de empresas públicas municipais.

Art. 18 - É da competência exclusiva da Câmara Municipal:

- I** - eleger os membros de sua Mesa Diretora;
- II** - elaborar o Regimento Interno;

- III - organizar os serviços administrativos internos e prover os cargos respectivos;
- IV - propor a criação ou a extinção de cargos dos serviços administrativos internos e a fixação dos respectivos vencimentos;
- V - conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores;
- VI - autorizar o Prefeito e Vice-Prefeito a se ausentarem do Município, quando a ausência exceder a quinze dias. Salvo, quando em gozo de férias;
- VII - exercer a fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Município, mediante controle externo, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado;
- VIII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado, no prazo máximo de sessenta dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos:
- a) o parecer do Tribunal de Contas somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara;
 - b) decorrido o prazo de sessenta dias, sem deliberação pela Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas;
 - c) no decurso do prazo previsto na alínea anterior, as contas do prefeito ficarão à disposição de qualquer contribuinte do Município, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei;
 - d) rejeitadas as contas, serão estas, imediatamente remetidas ao Ministério público para os fins de direito;
- IX - dar posse ao Prefeito e Vice-Prefeito, conhecer da renúncia e decretar perda de seus mandatos e dos Vereadores, nos casos indicados na Constituição Federal, nesta Lei Orgânica e na legislação federal aplicável;
- X - autorizar a realização de empréstimo ou de crédito interno e externo de qualquer natureza, de interesse do Município; **(Inciso X com redação determinada pela Emenda n. 27, de 23 de março de 2007)**
- XI - proceder a tomada de contas do prefeito, através de comissão especial, quando não apresentadas à Câmara, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;
- XII - aprovar convênio, acordo ou qualquer outro instrumento celebrado pelo Município com a União, o Estado, outra pessoa de direito público interno, de direito privado, instituições estrangeiras ou multinacionais, quando se tratar de matéria assistencial, educacional, cultural ou técnica;

- XIII** - estabelecer e mudar, temporariamente, o local de suas reuniões;
- XIV** - convocar o Prefeito, o Vice-Prefeito, os secretários do Município ou autoridade equivalente para prestar esclarecimentos, apazando dia e hora para o comparecimento, importando a ausência, sem justificção adequada, crime de responsabilidade, punível na forma da legislação federal;
- XV** - encaminhar pedidos escritos de informações ao prefeito, importando crime de responsabilidade a recusa ou não atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas, cabendo a este solicitar prorrogação do prazo por período idêntico;
- XVI** - ouvir secretários do Município ou autoridade e equivalente, quando, por sua iniciativa e mediante entendimentos prévios com a Mesa, comparecerem à Câmara Municipal para expor assunto de relevância da secretaria ou do órgão da administração de que forem titulares;
- XVII** - deliberar sobre o adiamento e a suspensão de suas reuniões;
- XVIII** - criar comissão parlamentar de inquérito sobre fato determinado e prazo certo, mediante requerimento de um terço de seus membros;
- XIX** - conceder título de cidadão honorário ou conferir homenagem a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços ao Município e, nele, tenham se destacado pela atuação exemplar na vida pública e particular, mediante proposta e aprovação pelo voto público e aberto de dois terços dos membros da Câmara; **(Inciso XIX com redação determinada pela Emenda n. 48, de 27 de setembro de 2013)**
- XX** - solicitar a intervenção do Estado no Município;
- XXI** - autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Prefeito, para julgamento perante o Tribunal de Justiça do Estado;
- XXII** - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;
- XXIII** - fixar, no período legislativo, a remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais, por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observados o que dispõe os artigos 29, V e VI, 37, XI, 39, § 4º, 57, § 7º, 150, II; 153, III, 153 § 2º, I, da Constituição Federal; **(Inciso XXIII com redação determinada pela Emenda n. 8, de 19 de junho de 1998)**
- XXIV** - indicar ao Prefeito Municipal, através do voto de desconfiança de dois terços dos seus membros, a exoneração de Secretário Municipal;

XXV - aprovar o período de prorrogação, no que se refere o inciso XV deste artigo, por dois terços dos Vereadores presentes.

XXVI - Fixar o regime de diárias, à vista dos comprovantes de despesas realizadas ou pela apresentação do roteiro de viagem, dos Vereadores e servidores da Câmara de Vereadores de Itajaí. **(Inciso XXVI acrescentado pela Emenda n. 29, de 5 de julho de 2007)**

Seção III

Dos Vereadores

Art. 19 - Os Vereadores são invioláveis pelas suas opiniões e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

Art. 20 - Os Vereadores não podem:

I - desde a expedição do diploma:

- a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público municipal. Salvo, quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
- b) aceitar ou exercer cargos, função ou emprego remunerado, inclusive os que sejam demissíveis “ad nutum”, nas entidades constantes na alínea anterior, ressalvada a admissão por concurso público;

II - desde a posse:

- a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que gozem de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público municipal ou, nela, exerça função remunerada;
- b) ocupar cargo ou função que sejam demissíveis “ad nutum”, nas entidades referidas no inciso I, “a”, ressalvada a admissão por concurso público;
- c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, “a”;
- d) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Art. 21 - Perde o mandato o Vereador:

- I** - que infringir quaisquer das proibições estabelecidas ao artigo anterior;
- II** - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara. Salvo, licença ou missão por esta autorizada;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos constitucionalmente;

VI - que sofrer condenação criminal, em sentença transitada em julgado, na forma da lei.

§ 1º- É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas aos vereadores, ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º - Ocorrendo vaga e não havendo suplente, se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato, a Câmara representará à Justiça Eleitoral para a realização de eleições para preenchê-la; **(§ 2º com redação determinada pela Emenda n. 48, de 27 de setembro de 2013)**

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos III, IV e V, a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de quaisquer de seus membros ou de partido político representado na casa, assegurada ampla defesa.

Art. 22 - Não perderá o mandato o Vereador:

I - Investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente, dirigente máximo de entidade da Administração Indireta do Município, abrangendo também Autarquias Municipais, Estaduais ou Federais, Fundação Pública de quaisquer dos níveis de governo e Secretário de Estado ou Ministro. **(Inciso I com redação determinada pela Emenda n. 41, de 31 de março de 2010)**

II - licenciado pela Câmara por motivo de doença ou para tratar, sem remuneração, de assunto de seu interesse particular desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte e um dias por sessão legislativa.

§ 1º - O suplente deverá ser convocado nos casos de vaga, de investidura nos cargos ou funções previstas neste artigo, ou de licença superior a 30 (trinta) dias; **(§ 1º com redação determinada pela Emenda n. 19, de 1 de abril de 2005)**

§ 2º - Ocorrendo vaga e não havendo suplente, se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato, a Câmara representará à Justiça Eleitoral para a realização de eleições para preenchê-la;

§ 3º - Na hipótese do inciso I, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

§ 4º - A licença para tratar de interesse particular não será inferior a trinta dias e o Vereador não poderá reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.

§ 5º - Poderá ainda o Vereador licenciar-se para desempenhar missões temporárias, de caráter cultural ou de interesse do Município, mediante autorização legislativa.

Seção IV

Das Reuniões

Art. 23 - A Câmara Municipal reunir-se-á, ordinariamente, em sessão legislativa anual, de 01 de fevereiro a 18 de julho e de 1º de agosto a 20 de dezembro. **(Caput com redação determinada pela Emenda n. 39, de 25 de novembro de 2009).**

**O Caput foi anteriormente alterado pela Emenda n. 21/2005 e n.24/2006*

§ 1º - As reuniões marcadas para estas datas serão transferidas para o 1º dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos e feriados.

§ 2º - A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação dos projetos de Lei de diretrizes orçamentárias, plano plurianual e orçamento.

§ 3º - A Câmara Municipal reunir-se-á, em sessão de instalação legislativa, em 1º de janeiro do ano subsequente às eleições, para a posse de seus membros, do Prefeito e do Vice-Prefeito e eleição da Mesa.

§ 4º - A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á pela maioria dos membros da Mesa Diretora, pelo Prefeito ou a requerimento de dois terços dos vereadores, em caso de urgência ou de interesse público relevante, quer no período de atividades ou de recesso regimental.

§ 5º - Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara somente deliberará sobre a matéria para a qual for convocada, vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação. **(§ 5º com redação determinada pela Emenda n. 24, de 21 de março de 2006)**

§ 6º - O Regimento Interno disciplinará o uso da tribuna por representantes de entidades populares nas sessões.

Seção V

Da Mesa e das Comissões

Art. 24 - A mesa diretora da Câmara de Vereadores de Itajaí será composta de um Presidente, de um Vice-Presidente; um 1º e um 2º Secretários eleitos para o mandato de 02 (dois) anos, sendo facultada a recondução para o mesmo cargo ou para cargos diferentes na eleição imediatamente subsequente, inclusive dentro da mesma legislatura.

(Caput com redação determinada pela Emenda n. 40 de 25 de novembro de 2008)

**O Caput foi anteriormente alterado pela Emenda n. 3/1992 , Emenda n. 9/1998 e Emenda n.33/2008.*

§ 1º - As competências e atribuições dos membros da Mesa e a forma de substituição, as eleições para a sua composição e os casos de destituição serão definidos no Regimento Interno.

§ 2º - O Presidente representará o Poder Legislativo.

§ 3º - Para substituir o Presidente, nas suas faltas, impedimentos e licenças, haverá um Vice-Presidente.

§ 4º - A eleição para a renovação da Mesa realizar-se-á sempre na última reunião ordinária do mês de dezembro, ficando os eleitos automaticamente empossados a contar de 1.º de janeiro do terceiro ano do mandato legislativo. **(§ 4º com redação determinada pela Emenda n. 34, de 3 de dezembro de 2008)**

Art. 25 - A Câmara Municipal terá Comissões Permanentes e Temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no Regimento Interno ou no ato de que resultar a sua criação.

§ 1º - Às Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do Regimento Interno, a competência do Plenário. Salvo, se houver recurso de um décimo dos membros da Câmara;

II - realizar audiências públicas com entidades da comunidade;

III - convocar Secretários Municipais para prestarem informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autarquias públicas municipais;

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI - apreciar programas de obras, planos municipais de desenvolvimento e, sobre eles, emitir parecer.

§ 2º - As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, serão criadas mediante requerimento de um terço dos Vereadores que compõem a Câmara, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 26 - Na constituição da Mesa e de cada Comissão, será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Câmara.

Seção VI

Do Processo Legislativo

Subseção I

Disposição Geral

Art. 27 - O processo legislativo compreende a elaboração de:

I - emendas à Lei Orgânica do Município;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - leis delegadas;

V - decretos legislativos;

VI - resoluções;

VII - Medidas provisórias.

Parágrafo Único - A elaboração, redação, alteração e consolidação de leis dar-se-á na conformidade da lei complementar federal, lei complementar estadual e desta Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno.

Subseção II

Da Emenda à Lei Orgânica Municipal

Art. 28 - Esta Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara, do Prefeito ou de acordo com proposta de cinco por cento do eleitorado do Município.

§ 1º - A proposta será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, considerando-se aprovada se obtiver, em cada um, dois terços dos votos dos membros da Câmara.

§ 2º - A emenda à Lei Orgânica do Município será promulgada pela Mesa da Câmara, com o respectivo número de ordem.

§ 3º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Subseção III

Das Leis

Art. 29 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que:

I - criem a Guarda Municipal;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autarquias, de sua remuneração. Exceto, os vencimentos do Prefeito, Vice-Prefeito;

b) servidores públicos do Município, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

c) criação, estruturação e atribuições das secretarias municipais e órgãos da administração pública municipal.

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara Municipal, de projeto de lei subscrito por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado do Município.

§ 3º - Em casos de emergência, calamidade pública e enchentes, reconhecidos pela autoridade, o Prefeito poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato à Câmara de Vereadores, que estando no recesso, será convocada, extraordinariamente, para se reunir no prazo de cinco dias.

§ 4º - As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei, no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, devendo a Câmara Municipal de Vereadores disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes.

Art. 30 - Não será admitido aumento da despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito, ressalvado o disposto na Constituição Federal e Constituição Estadual;

II - nos projetos sobre a organização de Secretaria Municipal.

Art. 31 - O Prefeito poderá solicitar, a qualquer tempo, urgência e votação em um só turno para apreciação dos projetos de sua iniciativa. **(Caput com redação determinada pela Emenda n. 22, de 10 de novembro de 2005)**

§ 1º - Indicado e justificado o pedido de urgência na mensagem enviada à Câmara de Vereadores, se esta não se manifestar sobre a proposição, em até dez dias, será ela incluída na ordem do dia da primeira sessão subsequente, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação; **(§ 1º com redação determinada pela Emenda n. 22, de 10 de novembro de 2005)**

§ 2º - Este prazo não corre nos períodos de recesso da Câmara de Vereadores de Itajaí. **(§ 2º com redação determinada pela Emenda n. 22, de 10 de novembro de 2005)**

Art. 32 - O projeto de lei aprovado será enviado, como autógrafo, ao Prefeito que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º - Se o Prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público; vetá-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara os motivos do veto.

§ 2º - O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º - Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Prefeito importará em sanção.

§ 4º - O veto será apreciado pela Câmara, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, em escrutínio público e aberto. **(§ 4º com redação determinada pela Emenda n. 48, de 27 de setembro de 2013).**

§ 5º - Se o veto não for mantido, será o texto enviado ao Prefeito para promulgação.

§ 6º - Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final, ressalvadas as matérias referidas no Art. 31.

§ 7º - Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Prefeito, nos casos dos § 3º e § 5º, o Presidente de Câmara a promulgará e, se este não o fizer, em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo, obrigatoriamente.

Art. 33 - A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, no mesmo período legislativo, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara. **(Artigo com redação determinada pela Emenda n. 3, de 10 de dezembro de 1992)**

Art. 34 - As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito que deverá solicitar a delegação à Câmara Municipal.

§ 1º - Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva da Câmara Municipal, a matéria será reservada à Lei complementar, nem a legislação sobre os planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos.

§ 2º - A delegação ao Prefeito terá a forma de Resolução da Câmara Municipal que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º - Se a Resolução determinar a apreciação do projeto pela Câmara Municipal, esta a fará em votação única, vedada qualquer emenda.

35 - As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta

Seção VII

Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária

Art. 36 - A fiscalização contábil, financeira orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo Único - Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou, pelos quais, o Município responda ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Art. 37 - O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, através de parecer prévio sobre as contas que o Prefeito e a Mesa da Câmara deverão prestar anualmente.

§ 1º - As contas deverão ser apresentadas até sessenta dias do encerramento do exercício financeiro.

§ 2º - Se, até esse prazo, não tiverem sido apresentadas as contas, a Comissão Permanente de Fiscalização o fará em trinta dias.

§ 3º - Apresentadas as contas, o Presidente da Câmara as porá, pelo prazo de sessenta dias, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, na forma da lei, publicando edital.

§ 4º Vencido o prazo do parágrafo anterior, as contas e as questões levantadas serão enviadas ao Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio.

§ 5º - Recebido o parecer prévio, a Comissão Permanente de Fiscalização, sobre ele e sobre as contas, dará seu parecer em quinze dias.

§ 6º - Somente pela decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal, deixará de prevalecer o parecer prévio do Tribunal de Contas.

Art. 38 - A Comissão Permanente de Fiscalização, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar da autoridade responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

§ 1º - Não prestados os esclarecimentos ou considerados estes insuficientes, a Comissão Permanente de Fiscalização solicitará ao Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias.

§ 2º - Entendendo o Tribunal de Contas irregular a despesa, a comissão de Fiscalização, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá à Câmara Municipal as medidas cabíveis.

Art. 39 - Os Poderes Legislativo e Executivo manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira o patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como a aplicação de recursos públicos municipais por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela, darão ciência à Comissão Permanente de Fiscalização da Câmara Municipal sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante a Comissão Permanente de Fiscalização da Câmara Municipal.

§ 3º - A comissão Permanente de Fiscalização da Câmara Municipal, tomando conhecimento de irregularidades ou ilegalidades, poderá solicitar à autoridade responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários, agindo na forma prevista no § 1º do artigo anterior.

§ 4º - Entendendo o Tribunal de Contas pela irregularidade ou ilegalidade, a Comissão Permanente de Fiscalização proporá à Câmara Municipal as medidas que julgar convenientes à situação.

Capítulo IV

Do Poder Executivo

Seção I

Do Prefeito e do Vice-Prefeito

Art. 40 - O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, auxiliado por Secretários Municipais.

Art. 41 - A eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito, para mandato de quatro anos, realizar-se-á simultaneamente, no primeiro domingo de outubro. **(Caput com redação determinada pela Emenda n. 39, de 25 de novembro de 2009).**

§ 1º - A eleição do Prefeito importará a do Vice-Prefeito com ele registrado por partido político.

§ 2º - Será considerado eleito Prefeito o candidato que obtiver a maioria dos votos, não computados os em branco e os nulos.

Art. 42 - O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse em sessão da Câmara Municipal, no dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e esta Lei Orgânica, observar as leis e promover o bem geral do Município.

Parágrafo Único - Se decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou o Vice-Prefeito, salvo motivos de força maior aceito pela Câmara, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago pela Câmara Municipal.

Art. 43 - Substituirá o Prefeito, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no caso de vaga, o Vice-Prefeito.

§ 1º - O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Prefeito, sempre que por ele convocado para missões especiais.

§ 2º - A investidura do Vice-Prefeito em secretaria municipal não impedirá as funções previstas no parágrafo anterior.

§ 3º - O Vice-Prefeito não poderá recusar-se a substituir o Prefeito, sob pena de extinção do mandato.

Art. 44 - Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito ou vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício do cargo de Prefeito o Presidente da Câmara Municipal.

Parágrafo Único - A recusa do Presidente da Câmara, por qualquer motivo, a assumir o cargo de Prefeito importará em automática renúncia à sua função de dirigente do Legislativo, ensejando, assim, a eleição de outro membro para ocupar, como Presidente da Câmara, a chefia do Poder Executivo.

Art. 45 - Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

§ 1º - Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos de mandato, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois de aberta a última vaga, pela Câmara Municipal, na forma da lei.

§ 2º - Em quaisquer dos casos, os eleitos deverão completar o período dos antecessores.

Art. 46 - O Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do Município por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

Seção II

Das Atribuições do Prefeito

Art. 47 - Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

I – iniciar o processo legislativo, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica, adequando-se aos meios digitais implantados pelo Poder Legislativo, cuja autenticidade deverá ser garantida pela assinatura digital; **(Inciso I com redação determinada pela Emenda n. 46 de 28 de março de 2012)**

II - representar o Município em juízo e fora dele;

III - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir os regulamentos para sua fiel execução;

IV - vetar, no todo ou em parte, os projetos de lei aprovados pela Câmara;

V - nomear e exonerar secretários municipais ou equivalentes, diretores ou equivalentes, chefes de divisão e outros servidores de confiança ou em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração, dos órgãos da administração pública direta e indireta, bem como das fundações criadas e mantidas pelo Município, resguardado o disposto no Art. 18, XXIV, desta Lei Orgânica;

VI - decretar, nos termos da lei, a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social;

VII - expedir decretos portarias e outros atos administrativos;

VIII - permitir ou autorizar o uso de bens municipais, por terceiros;

- IX** - prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;
- X** - enviar à Câmara os projetos de lei relativos ao orçamento anual, à lei de diretrizes orçamentárias e ao plano plurianual do Município e das suas autarquias;
- XI** - encaminhar à Câmara, até quinze de abril, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo;
- XII** - encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;
- XIII** - fazer publicar os atos oficiais;
- XIV** - prestar à Câmara, dentro de trinta dias, as informações pela mesma solicitadas. Salvo, prorrogação, a seu pedido e por prazo determinado, em face da complexidade da matéria ou da dificuldade de obtenção, nas respectivas fontes, de dados necessários ao atendimento do pedido;
- XV** - prover os serviços e obras da administração pública;
- XVI** - superintender a arrecadação dos tributos, bem como a guarda e aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara;
- XVII** - colocar à disposição da Câmara, dentro de dez dias de sua requisição, as quantias que devam ser dispendidas de uma só vez e, até o dia vinte de cada mês, os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias, compreendendo os créditos suplementares e especiais;
- XVIII** - aplicar multas previstas em leis e contratos, bem como revê-las quando irregularmente;
- XIX** - resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidas;
- XX** - oficializar, obedecidas à normas urbanísticas aplicáveis, as vias e logradouros públicos, mediante denominação aprovada pela Câmara;
- XXI** - convocar extraordinariamente a Câmara, quando o interesse da administração o exigir;
- XXII** - aprovar projetos de edificação e planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos;

- XXIII** - apresentar, anualmente, à Câmara Municipal, relatório circunstanciado sobre o estado das obras e dos serviços municipais. Bem assim, o programa da administração para o ano seguinte;
- XXIV** - organizar os serviços internos das repartições criadas por lei, com observância do limite das dotações a elas destinadas;
- XXV** - contrair empréstimos e realizar operações de crédito, mediante prévia autorização da Câmara;
- XXVI** - providenciar sobre a administração dos bens do Município e sua alienação, na forma da lei;
- XXVII** - organizar e dirigir, nos termos da lei, os serviços relativos a terras do Município;
- XXVIII** - desenvolver o sistema viário do Município;
- XXIX** - conceder auxílios, prêmios e subvenções, nos limites das respectivas verbas orçamentárias e do plano de distribuição, prévia e anualmente, aprovado pela Câmara;
- XXX** - providenciar sobre o incremento do ensino;
- XXXI** - estabelecer a divisão administrativa do Município, de acordo com a lei;
- XXXII** - solicitar o auxílio das autoridades policiais do Estado para garantia do cumprimento de seus atos;
- XXXIII** - solicitar, obrigatoriamente, autorização à Câmara para ausentar-se do Município por tempo superior a quinze dias;
- XXXIV** - adotar providências para a conservação e salvaguarda do patrimônio municipal;
- XXXV** - publicar, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária;
- XXXVI** - estimular a participação popular e estabelecer programa de incentivo para os fins previstos no Art. 96, observado ainda o disposto no Título V desta Lei Orgânica;
- XXXVII** - fixar o regime de diárias, à vista dos comprovantes de despesas apresentadas ou pela apresentação do roteiro de viagem, não podendo a diária do Prefeito ser superior ao dobro da fixada para o servidor de maior categoria do Município;
- XXXVIII** - decretar estado de emergência e de calamidade pública;
- XXXIX** - admitir e demitir servidores e empregados, observando a legislação pertinente;
- XL** - decretar ponto facultativo em dias de especial significação;
- XLI** - fixar ou prorrogar as datas de vencimentos dos tributos municipais, desde que mais favoráveis ao contribuinte;

XLII - fixar o horário de funcionamento das repartições municipais, salvo da Secretaria da Câmara de Vereadores, e a jornada de trabalho dos servidores municipais;

XLIII - firmar acordo com associação sindical de servidores públicos municipais dependente da homologação da Câmara Municipal;

XLIV - praticar os atos que visem resguardar os interesses do Município, salvo os que são reservados à Câmara Municipal;

XLV - encaminhar à Câmara de Vereadores, no primeiro semestre de cada ano, projeto de lei que disponha sobre a Política Salarial dos Servidores Públicos Municipais Ativos e Inativos; **(Inciso XLV acrescentado pela Emenda n. 4, de 27 de abril de 1993)**

XLVI - Promover, obrigatoriamente a transição administrativa 60 dias anterior ao final do mandato, na forma da Lei. **(Inciso XLVI acrescentado pela Emenda n. 35, de 6 de maio de 2009)**

Seção III

Da Responsabilidade do Prefeito

Art. 48 - São crimes de responsabilidade do Prefeito Municipal os previstos em lei federal, sendo julgado perante o Tribunal de Justiça do Estado.

§ 1º - A Câmara Municipal, tomando conhecimento de qualquer ato do Prefeito que possa configurar crime de responsabilidade, nomeará comissão especial para apurar os fatos que, no prazo de trinta dias, deverão ser apreciados pelo Plenário.

§ 2º - Se o Plenário entender procedentes as acusações, determinará o envio do apurado à Procuradoria Geral da Justiça para as providências; se, não, determinará o arquivamento, publicando as conclusões de ambas decisões.

§ 3º - Recebida a denúncia contra o Prefeito, pelo Tribunal de Justiça, a Câmara decidirá sobre a designação de Procurador para assistente de acusação.

§ 4º - O Prefeito ficará suspenso de suas funções com o recebimento da denúncia pelo Tribunal de Justiça, que cessará, se, até cento e oitenta dias, não tiver concluído o julgamento.

Seção IV

Da Perda e Extinção do Mandato

Art. 49 - É vedado ao Prefeito assumir outro cargo ou função na Administração Pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no Art. 38, II, IV e V da Constituição Federal e no Art. 12 desta Lei Orgânica.

Art. 50 - As incompatibilidades declaradas no Art. 20, seus incisos e letras desta Lei Orgânica estendem-se no que forem aplicados, ao Prefeito e aos Secretários Municipais ou autoridades equivalentes.

Seção V

Dos Secretários Municipais

Art. 51 - Os Secretários Municipais, como agentes políticos, serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.

Parágrafo Único - Compete aos Secretários Municipais, além de outras atribuições, estabelecidas nesta Lei orgânica e na lei referida no Art. 52:

I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da Administração Municipal, na área de sua competência e referendar os atos e decretos assinados pelo Prefeito;

II - expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;

III - apresentar ao Prefeito relatório anual de sua gestão na secretaria ou à Câmara, quando por esta solicitado;

IV - praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Prefeito.

Art. 52 - Lei Complementar disporá sobre a criação, estruturação e atribuições das secretarias Municipais.

§ 1º - Nenhum órgão da administração pública municipal, direta ou indireta, deixará de ser estruturado a uma secretaria municipal.

§ 2º - A chefia do Gabinete do Prefeito, a Procuradoria Geral do Município e o Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral, bem como os Centros Administrativos, terão a estrutura de Secretaria Municipal.

Seção VI

Da Procuradoria Geral do Município

Art. 53 - A Procuradoria Geral do Município é a instituição que representa, como advocacia geral, o Município, judicial e extra judicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre a sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

§ 1º - A Procuradoria Geral do Município tem por chefe o Procurador Geral do Município nomeado pelo Prefeito dentre brasileiros maiores de trinta anos, no exercício dos seus direitos políticos e com habilitação profissional de, no mínimo, cinco anos.

§ 2º - Aplica-se ao Procurador Geral do Município o disposto no Art. 18, XXIV, desta Lei Orgânica.

Seção VII

Dos Atos Municipais

Art. 54 - A publicação das leis e atos municipais, far-se-á em jornal do município, ou afixação na sede da Prefeitura, ou da Câmara Municipal, conforme o caso. **(Caput com redação determinada pela Emenda n. 7, de 24 de dezembro de 1997)**

§ 1º - O Jornal do Município, doravante, constitui-se Órgão Oficial do Município de Itajaí para publicação e divulgação das Leis e Atos Administrativos de efeitos externos e internos e será regulamentado pelo Chefe do Poder Executivo, nos termos da Lei. **(§ 1º com redação determinada pela Emenda n. 7, de 24 de dezembro de 1997)**

§ 2º - Nenhum ato de efeito externo produzirá efeito antes de sua publicação.

§ 3º - A publicação dos atos normativos, poderá ser de forma reduzida. **(§ 3º com redação determinada pela Emenda n. 7, de 24 de dezembro de 1997)**

Art. 55 - O Prefeito fará publicar:

I - diariamente, por edital, o movimento de caixa do dia anterior;

II - mensalmente, o balancete resumido da receita e da despesa;

III - mensalmente, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e os recursos recebidos;

IV - anualmente, até 15 de abril, pelo órgão oficial do Estado, as contas de administração, constituídas do balanço financeiro, do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais, em forma sintética.

Seção VIII

Dos Livros

Art. 56 - O Município manterá os livros que forem necessários ao registro de suas atividades e de seus serviços.

§ 1º - Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Prefeito ou pelo Presidente da Câmara, conforme o caso, ou por funcionário designado para tal fim.

§ 2º - Os livros referidos neste artigo poderão ser substituídos por fichas ou outros sistema, convenientemente autenticado.

Seção IX

Dos Atos Administrativos

Art. 57 - Os atos administrativos de competência do Prefeito devem ser expedidos com obediência às seguintes normas:

I - Decreto, numerado em ordem cronológica, nos seguintes casos:

- a) regulamentação de lei;
- b) instituição, modificação ou extinção de atribuições não constantes de lei;
- c) regulamentação interna dos órgãos que forem criados na administração municipal;
- d) abertura de créditos especiais e suplementares, até o limite autorizado por lei, assim como de crédito extraordinários;
- e) declaração de utilidade pública ou necessidade social para fins de desapropriação ou de servidão administrativa;
- f) aprovação de regulamento ou de regimento das entidades que compõem a administração municipal;
- g) permissão de uso dos bens municipais;
- h) medidas executórias do Plano Diretor do Município;
- i) normas de efeitos externos, não privativos de lei;
- j) fixação e alteração de preços;

II - Portaria, nos seguintes casos:

- a) provimento e vacância dos cargos públicos e demais atos de efeitos individuais;

- b) lotação e relotação nos casos de pessoal;
- c) abertura de sindicância e processos administrativos, aplicação de penalidades e demais atos individuais de efeitos internos;
- d) outros casos determinados em lei ou decreto;

III - Contrato, nos seguintes casos:

- a) admissão de servidores para serviços de caráter temporário, nos termos do Art. 10, IX;
- b) exceção de obras e serviços municipais nos termos da lei;

§ 1º - Os atos constantes dos itens II e III deste artigo poderão ser delegados.

§ 2º - Os casos não previstos neste artigo obedecerão à forma de atos, instruções ou avisos da autoridade responsável.

Seção X

Da Fiscalização Popular

Art. 58 - Todo cidadão tem o direito de ser informado dos atos da administração municipal.

Parágrafo Único - Compete à administração municipal garantir os meios para que essa informação se realize.

Art. 59 - Toda entidade da sociedade civil, regularmente registrada, poderá fazer pedido de informação sobre ato ou projeto da administração, que deverá responder no prazo de quinze dias ou justificar a impossibilidade da resposta.

§ 1º - O prazo previsto poderá, ainda, ser prorrogado por mais quinze dias, devendo, contudo, ser notificado de tal fato o autor do requerimento.

§ 2º - Caso a resposta não satisfaça, poderá reiterar o pedido especificando suas demandas, para o qual a autoridade requerida terá o prazo previsto no § 1º deste artigo.

§ 3º - Nenhuma taxa será cobrada pelos requerimentos de que trata este artigo.

Art. 60 - Toda entidade da sociedade civil de âmbito municipal ou não, poderá requerer ao Prefeito ou a outra autoridade do Município, a realização de audiência pública, para que esclareça determinado ato ou projeto da administração.

§ 1º - Cada entidade terá direito, no máximo, à realização de duas audiências por ano, ficando, a partir daí, a critério da autoridade requerida, deferir ou não o pedido.

§ 2º - Da audiência pública, poderão participar, além da entidade requerente, cidadãos e entidades interessadas, que terão direito a voz.

Seção XI

Das Proibições

Art. 61 - Aplicam-se ao Prefeito, ao Vice-Prefeito, aos Vereadores e aos servidores municipais as regras contidas nos artigos 20 a 50 desta Lei Orgânica.

Parágrafo Único - Não se aplica aos contratos cujas cláusulas e condições sejam uniformes, o disposto no caput deste artigo.

Art. 62 - Observar-se-á o disposto na legislação federal, quanto à documentação necessária para a participação dos interessados em processos licitatórios.

Seção XII

Das Certidões

Art. 63 - A Prefeitura e a Câmara são obrigadas a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de quinze dias, certidões dos atos, contratos e decisões, desde que requeridas para fins de direito determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo, deverão atender às requisições judiciais, se outro não for fixado pelo juiz.

Parágrafo Único - As certidões relativas ao Poder Executivo serão fornecidas por secretário ou outro servidor por ele designado, exceto as declaratórias de efetivo exercício do Prefeito, que serão fornecidas pelo Presidente da Câmara.

Seção XIII

Das Obras e Serviços Municipais

Art. 64 - Nenhum empreendimento de obras e serviços do Município poderá ter início sem prévia elaboração do plano respectivo, no qual, obrigatoriamente, conste:

I - a viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse comum;

II - os pormenores para a sua execução;

III - os recursos para o atendimento das respectivas despesas;

IV - os prazos para o seu início e conclusão, acompanhados da respectiva justificação.

§ 1º - Nenhuma obra, serviço ou melhoramento, salvo casos de extrema urgência, será executada sem prévio orçamento de seu custo.

§ 2º - As obras públicas poderão ser executadas pela Prefeitura, por suas autarquias e demais entidades da administração indireta e por terceiros, mediante licitação, ressalvados os casos de dispensa ou inexigibilidade desta, na forma da lei federal.

Art. 65 - A permissão de serviço público, a título precário, será outorgada por decreto do Prefeito, após edital de chamamento de interessados para a escolha do melhor pretendente, sendo que a concessão só será feita com autorização legislativa, mediante contrato, precedido de concorrência pública.

§ 1º - Serão nulas de pleno direito às permissões, as concessões, bem como quaisquer outros ajustes feitos em desacordo com o estabelecido neste artigo.

§ 2º - Os serviços permitidos ou concedidos ficarão sempre sujeitos à regulamentação e fiscalização do Município, incumbindo, aos que os executem, sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

§ 3º - O Município poderá retomar os serviços permitidos ou concedidos, desde que executados em desconformidade com o ato ou contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.

§ 4º - As concorrências para a concessão de serviços públicos deverão ser precedidas de ampla publicidade, em jornais e rádios locais. Inclusive, em órgãos de circulação da imprensa estadual, mediante edital ou comunicado resumido.

Art. 66 - As tarifas dos serviços públicos deverão ser fixadas pelo Executivo, tendo-se em vista a justa remuneração.

Art. 67 - Nos serviços, obras e concessões do Município, bem como nas compras e alienações, será adotada a licitação, nos termos da lei.

Art. 68 - O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum, mediante convênio com o Estado, a União ou entidades particulares, bem assim, através de consórcio, com outros municípios.

Título II
Do Sistema Tributário Municipal
Capítulo I
Competência Tributária
Seção I
Dos Princípios Gerais

Art. 69 - Compete ao Município instituir os seguintes tributos:

- I - impostos;
- II - taxas;
- III - contribuição de melhoria;
- IV - contribuição de assistência social.

Art. 70 - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

Art. 71 - Os impostos incidem sobre os imóveis, ou que versem sobre direitos transmitidos ou cedidos vendas e serviços desde que situados ou ocorridos no território do Município.

Seção II
Das Limitações do Poder de Tributar

Art. 72 - É vedado ao Município, sem prejuízo de outras garantias asseguradas aos contribuintes:

- I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;
- II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibido qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por

eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

- a) em relação a fatos geradores ocorridos antes de início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;
- b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicado a lei que os instituiu ou aumentou;

IV - utilizar tributos com efeito de confisco;

V - instituir impostos sobre:

- a) patrimônio, renda ou serviços do Estado e da União;
- b) templos de qualquer culto;
- c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações; das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;
- d) livros, jornais, periféricos e o papel destinado à sua impressão.

§ 1º - A vedação do inciso V, “a”, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 2º - As vedações de inciso V, “a” e parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário nem exonere o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 3º - Qualquer anistia, remissão ou isenção que envolva matéria tributária só poderá ser conseguida, doravante, através de lei específica municipal.

§ 4º - As vedações expressas no inciso V, “b” e “c”, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

Art. 73 - É vedado ao Município estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

Seção III

Dos Impostos

Art. 74 - Os impostos de competência municipal incidirão sobre:

I - propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU

II - transmissão de bens imóveis, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição - ITBI;

III – REVOGADO (Inciso III revogado pela Emenda n. 47, de 23 de maio de 2012)

**A redação do inciso era: “III – venda a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel – IVVCLG;”*

IV - serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência tributária do Estado, definidos em lei complementar - ISSQN.

§1º - Os impostos previstos no inciso I poderão ser progressivos de forma à assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º - O Imposto previsto no inciso II não incidirá sobre a transmissão de bens ou de direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou de direitos, decorrentes de função, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica. Salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 3º - REVOGADO (§ 3º revogado pela Emenda n. 47, de 23 de maio de 2012)

**A redação do § 3º era: “O imposto previsto no inciso III, até que lei complementar fixe a alíquota, será de, no máximo, três por cento e não inclui a incidência do imposto estadual sobre a mesma operação.”*

§ 4º - O imposto previsto no inciso IV poderá ser excluído da incidência no caso de exportação de serviços para o exterior, como dispuser lei complementar.

§ 5º - A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos previstos nos incisos **III** e IV.

**A Emenda n. 47, de 23 de maio de 2012 determinou: “Art. 1º - Fica revogado o inciso III do Art. 74, da Lei Orgânica Municipal e bem assim o § 3º e a menção a esse inciso nos §§ 5º e 6º do mesmo artigo.”*

§ 6º - Lei complementar fixará as alíquotas máximas dos impostos previstos nos incisos **III** e IV.

***A Emenda n. 47, de 23 de maio de 2012 determinou: “Art. 1º - Fica revogado o inciso III do Art. 74, da Lei Orgânica Municipal e bem assim o § 3º e a menção a esse inciso nos §§ 5º e 6º do mesmo artigo.”**

Seção IV

Das Taxas

Art. 75 - As taxas previstas no inciso II do Art. 69, serão instituídas:

I - em razão do exercício regular do poder de polícia administrativa;

II - pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte, ou postos à sua disposição.

Parágrafo Único - As taxas não poderão ser cobradas em valor superior ao custo de seus fatos geradores e, também, não poderão ter base de cálculo própria de impostos instituídos pela mesma pessoa ou por outra de direito público, observados os preceitos dispostos no Art. 70 desta Lei Orgânica.

Seção V

Das Contribuições

Art. 76 - A Contribuição de Melhoria poderá ser instituída para custear obras públicas municipais, observado o benefício que as mesmas trouxerem para cada imóvel.

Parágrafo Único - A Contribuição de Melhoria terá como limite total de cobrança, a despesa realizada com obra pública, vedada a cobrança quando a obra decorrer de recursos a fundo perdido.

Art. 77 - A contribuição previdenciária e de assistência social poderá ser instituída para ser cobrada dos servidores municipais para custeio, em benefício destes, de sistema de previdência e de assistência social que criar e administrar. **(Caput com redação determinada pela Emenda n. 31, de 13 de dezembro de 2007)**

§ 1º - Os recursos provenientes da contribuição previdenciária e de assistência social constituirão o Fundo de Previdência e Assistência Social, respectivamente, que será regido na forma da lei. **(§ 1º com redação determinada pela Emenda n. 31, de 13 de dezembro de 2007)**

§ 2º - A lei disporá sobre a participação do Poder Executivo na composição dos recursos do Fundo de Previdência e Assistência Social.

Seção VI

Do Processo Administrativo Tributário

(Título com redação determinada pela Emenda n. 37, de 15 de julho de 2009)

Art. 78 - O sujeito passivo poderá impugnar através de processo administrativo tributário, o lançamento de qualquer tributo municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação do lançamento, com efeito suspensivo, que será analisado em Primeira Instância, na forma da Lei. **(Artigo com redação determinada pela Emenda n. 37, de 15 de julho de 2009).**

Art. 79 - Revogado (Artigo revogado pela Emenda n. 37, de 15 de julho de 2009).

Art. 80 – Da decisão de Primeira Instância será cientificado o sujeito passivo, pessoalmente ou por Aviso de Recebimento (A.R.) no endereço mencionado no processo administrativo tributário, assinalando-lhe o prazo de quinze dias para, querendo, interpor recurso junto ao Conselho Municipal de Contribuintes, Segunda Instância Recursal, na forma da Lei. **(Caput com redação determinada pela Emenda n. 37, de 15 de julho de 2009).**

Parágrafo Único - Revogado (Parágrafo único revogado pela Emenda n. 37, de 15 de julho de 2009).

Art. 81 - A lei disporá sobre a criação e organização do Conselho de Contribuintes do Município, como órgão consultivo, deliberativo e normativo, composto por representantes da administração municipal, através de seu quadro de servidores, classes econômicas, e entidade da sociedade civil organizada, sendo constituído por dez membros titulares com seus respectivos suplentes. **(Caput com redação determinada pela Emenda n. 37, de 15 de julho de 2009).**

Parágrafo Único – Os membros do Conselho de Contribuintes do Município serão remunerados, sendo seus mandatos de um ano, permitida a recondução, na forma da lei. **(Parágrafo único determinado pela Emenda n. 49, de 08 de novembro de 2013)**

Art. 82 - Revogado (Artigo revogado pela Emenda n. 37, de 15 de julho de 2009).

Art. 83 - Revogado (Artigo revogado pela Emenda n. 37, de 15 de julho de 2009).

Art. 84 - As decisões do Conselho Municipal de Contribuintes terão eficácia normativa, devendo ser considerados como a posição final do Município na instância administrativa. **(Caput com redação determinada pela Emenda n. 37, de 15 de julho de 2009)**

Parágrafo Único - Revogado (Parágrafo Único revogado pela Emenda n. 37, de 15 de julho de 2009).

***O Parágrafo Único foi anteriormente alterado pela Emenda n. 25/2006.**

TÍTULO III

Das Finanças e do Orçamento

Capítulo I

Da Receita e da Despesa

Seção I

Da Receita

Art. 85 - A receita municipal constituir-se-á da arrecadação dos tributos municipais, da participação em imposto do Estado e da União, dos recursos resultantes do Fundo de Participação dos Municípios e da utilização de seus bens, serviços, atividades e outros ingressos.

Art. 86 - Pertencem ao Município:

I - o produto da arrecadação do Imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por ele, suas autarquias e pelas fundações que instituir e manter;

II - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis nela situado;

III - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seu território;

IV - vinte e cinco por cento da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;

V - setenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativa a títulos ou valores imobiliários, incidente sobre o ouro, observado o disposto no Art. 153, § 5º, da Constituição Federal;

VI - a cota parte referente ao Fundo de Participação dos Municípios, distribuída pela União;

VII - os recursos recebidos do Estado nos termos do inciso II, § 3º, do Art. 159 da Constituição Federal.

Art. 87 - O Município divulgará até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e dos recursos recebidos.

Art. 88 - A fixação dos preços públicos, devidos pela utilização de bens, serviços e atividades municipais, será feita pelo Prefeito mediante decreto, não se submetendo à disciplina jurídica dos tributos.

Art. 89 - As tarifas dos serviços públicos deverão cobrir os seus custos, sendo modificáveis quando se tornarem deficientes ou excedentes, remunerando os serviços públicos concedidos através de decretos do Prefeito, obedecendo ao disposto no Art. 65, § 2º desta Lei Orgânica.

Seção II

Da Despesa

Art. 90 - As despesas municipais serão regidas pelos princípios estabelecidos nas Constituições Estadual e Federal e às normas de direito.

Art. 91 - Nenhuma despesa será ordenada ou satisfeita sem que existam recursos disponíveis para atendimento do correspondente encargo.

Art. 92 - Nenhuma lei que crie ou aumente despesas será executada sem que dela conste a indicação do recurso que a satisfaça.

Art. 93 - A disponibilidade de caixa do Município e suas autarquias, fundações e das empresas por ele controladas serão depositadas em instituições financeiras oficiais, salvo exceções legais.

Capítulo II

Do Orçamento

Art. 94 - Ao Poder Executivo compete a iniciativa das leis que regularão:

- I - os orçamentos anuais;
- II - as diretrizes orçamentárias;
- III - o plano plurianual.

§ 1º - A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente e orientará a elaboração da Lei Orçamentária anual, dispondo sobre as alterações na legislação tributária e estabelecendo a política de aplicação.

§ 2º - A lei que institui a Plano Plurianual estabelecerá, de forma setorializada, as diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como as relativas aos programas de duração continuada.

§ 3º - A Lei Orçamentária compreenderá:

- I - O orçamento fiscal referente aos poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- II - O orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenham a maioria do capital social com direito a voto;
- III - O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a elas vinculadas, da administração direta ou indireta, bem como fundos de fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

§ 4º - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo, na proibição, a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operação de crédito, ainda que, por antecipação da receita, nos termos da lei.

§ 5º - O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido de execução orçamentária.

Art. 95 - O Prefeito Municipal enviará à Câmara o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, precedidas de audiências públicas. **(Caput com redação determinada pela Emenda n. 20, de 27 de abril de 2005)**

§ 1º - O não cumprimento do disposto no caput deste artigo implicará na elaboração pela Câmara, independentemente do envio da proposta, da competente Lei de Meios, tomando por base a lei orçamentária em vigor.

§ 2º - O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara, para propor a modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não iniciada a votação da parte que deseja alterar.

§ 3º - O exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual serão dispostos em lei complementar. **(§ 3º acrescentado pela Emenda n. 20, de 27 de abril de 2005)**

Art. 96 - Na elaboração do orçamento anual o Executivo deverá ouvir as reivindicações da comunidade, através de suas entidades.

Parágrafo Único - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovados, caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre dotações para pessoal e seus encargos e serviço da dívida;

III - sejam relacionados com a correção de erros ou omissões e com dispositivo do texto do projeto de lei.

Art. 97 - Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e à proposta do orçamento anual serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma do Regimento Interno, respeitados os dispositivos desta lei.

§ 1º - Recebidos os projetos, o Presidente da Câmara, após sua publicação ao Plenário, distribuirá cópia aos Vereadores, que terão prazo de trinta dias para oferecer emendas.

§ 2º - Expirado o prazo do parágrafo anterior, os projetos irão à Comissão de Finanças e Orçamento, que terá prazo máximo de quinze dias para emitir parecer e decidir sobre as emendas.

§ 3º - Expirado o prazo referido no parágrafo anterior, os projetos serão incluídos na ordem do dia da sessão seguinte, como matéria única.

§ 4º - A ausência de manifestação da Comissão de Finanças e Orçamento, no prazo do § 2º, levará os projetos para a tramitação referida no § 3º.

Art. 98 - Caberá à Comissão de Finanças e Orçamento examinar e emitir parecer sobre projetos, planos e programas, bem como sobre as contas apresentadas pelo Poder Executivo, além de exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária.

Parágrafo Único - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante crédito especial ou suplementar, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 99 - O Poder Executivo poderá enviar mensagens à Câmara para propor modificação nos projetos a que se refere o Art. 95, enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 100 - Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Prefeito à Câmara Municipal, obedecidos os critérios a serem estabelecidos em lei complementar.

Art. 101 - A Câmara não enviando, no prazo consignado na lei complementar federal, o projeto de lei orçamentária à sanção, será promulgado como lei, pelo Prefeito, o projeto originário do Executivo.

Art. 102 - Rejeitado pela Câmara o projeto de lei orçamentária anual, prevalecerá, para o ano seguinte, o orçamento do exercício em curso, aplicando-se-lhe a atualização dos valores.

Art. 103 - Aplicam-se ao projeto de lei orçamentária, no que não contrariarem o disposto neste Capítulo, as regras do processo legislativo.

Art. 104 - O orçamento será uno, incorporando-se, obrigatoriamente, na receita, todos os tributos, rendas e contribuições, e incluindo-se, discriminadamente, na despesa, as dotações necessárias ao custeio de todos os serviços e investimentos municipais.

Art. 105 - São vedados:

- I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;
 - II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;
 - III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pela Câmara por maioria absoluta;
 - IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto de arrecadação dos impostos a que referem os artigos 158 e 159 da Constituição Federal, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, destinados à escola pública, à escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas definidas em lei federal que:
 - a) comprovem finalidade não lucrativa;
 - b) assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária ou ao Município, caso encerrem suas atividades.
 - V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;
 - VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;
 - VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;
 - VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no Art. 94, § 3º, III;
 - IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.
- § 1º** - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão do plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
- § 2º** - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro

meses daquele exercício, caso em que, reaberto nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

Art. 106 - Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados à Câmara Municipal, serão entregues até o dia 20 de cada mês.

Art. 107 - A despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

Parágrafo Único - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Título IV

Da Ordem Econômica e Social

Capítulo I

Disposições Gerais

Art. 108 - O Município, dentro de sua competência, organizará a ordem econômica e social, conciliando a liberdade de iniciativa com os superiores interesses da coletividade.

Art. 109 - A interação do Município, no domínio econômico, terá por objetivo estimular e orientar a produção, defender os interesses do povo e promover a justiça e solidariedade sociais.

Art. 110 - O trabalho é obrigação social, garantido a todos o direito ao emprego e à justa remuneração, que proporcione existência digna na família e na sociedade.

Art. 111 - O Município assistirá os trabalhos rurais e suas organizações legais, procurando proporcionar-lhes, entre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, saúde e bem-estar social.

Art. 112 - O Município dispensará às micro-empresas, assim definidas em lei federal, tratamento jurídico diferenciado, visando incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias ou pela eliminação ou redução destas, por meio de lei.

Capítulo II

Do Planejamento Municipal

Art. 113 - O Município deverá organizar a sua administração e exercer suas atividades dentro de um processo de planejamento permanente, atendendo as peculiaridades locais e os princípios técnicos convenientes ao desenvolvimento integrado da comunidade.

§ 1º - Considera-se processo de planejamento a definição de objetivos determinados em função da realidade local, a preparação dos meios para atingi-los, o controle de sua aplicação e avaliação dos resultados obtidos.

§ 2º - Para o planejamento, é garantida a participação popular nas diversas esferas de discussão e deliberação.

Seção I

Do Plano Diretor

Art. 114 - O Município elaborará seu Plano Diretor que conterá o conjunto de normas e diretrizes que orientem o processo de transformação do espaço urbano e da organização territorial, respeitadas as suas peculiaridades e disporá sobre:

I - a delimitação e o zoneamento das áreas urbanas e rurais;

II - a definição das áreas urbanas e de expansão urbana;

III - a identificação das unidades de conservação e outras áreas protegidas por lei, discriminando as de preservação permanente;

IV - o licenciamento das atividades modificadoras do meio ambiente mediante prévio estudo de impacto ambiental (RIMA);

V - a exigência de equipamentos urbanos e comunitários necessários para o licenciamento de grandes empreendimentos, que deverão ser realizados ou custeados pelo interessado;

VI - a definição dos critérios para a permuta de usos ou índices de aproveitamento em troca da realização de obras públicas pelo empreendedor;

VII - a definição de normas para parcelamento, desmembramento ou unificação do solo para fins urbanos;

VIII - a definição dos tipos de usos, as taxas de ocupação, os índices de aproveitamento e as alturas máximas nos terrenos urbanos;

IX - a suspensão do direito de construir pelo prazo de até cinco anos, a ser aplicado independentemente dos parâmetros definidos no zoneamento, quando indispensável para evitar a saturação do uso da infra-estrutura urbana, riscos de contaminação sanitária e degradação ambiental, ou chamar, de novo, o Plano Diretor para assegurar a eficácia das futuras disposições;

X - a implantação do cadastro municipal necessário para a fixação de tributos e a ordenação territorial;

XI - a regulamentação dos usos e a distribuição dos equipamentos e serviços comunitários;

XII - a determinação de prioridades para as redes de serviços públicos, contemplando as comunidades mais pobres;

XIII - a adoção de sistemas de saneamento básico e ambiental que garantam condições sanitárias adequadas para a população e a qualidade das águas, do solo, do subsolo e do ar;

XIV - a identificação dos eixos naturais de desenvolvimento da cidade, antecipando-se aos processos espontâneos;

XV - a formação de estoque de terrenos aproveitáveis em programas habitacionais de caráter social.

Parágrafo Único - O Plano Diretor do Município poderá ser elaborado em etapas sucessivas e parciais, respeitada a unidade e integração das partes.

Art. 115 - A reformulação e a aprovação de novo Plano Diretor, só poderão ser aprovadas por dois terços dos membros da Câmara de Vereadores.

Seção II

Da Política Urbana

Art. 116 - A política urbana a ser formulada e executada pelo Poder Público terá como objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de sua população.

Art. 117 - A execução da política urbana está condicionada às funções sociais da cidade, compreendidas como direito de acesso de todo cidadão à moradia, transporte público, saneamento, energia elétrica, gás, abastecimento, iluminação pública, comunicação, educação, saúde, lazer e segurança. Assim como, a preservação do patrimônio ambiental e cultural.

§ 1º - O exercício do direito de propriedade atenderá a sua função social, quando condicionado às funções sociais da cidade.

§ 2º - Para os fins previstos neste artigo, o Poder Público Municipal exigirá do proprietário adoção de medidas que visem direcionar a propriedade para o uso produtivo, de forma a assegurar:

I - acesso à propriedade e à moradia para todos;

II - justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

III - prevenção e correção das distorções da valorização da propriedade;

IV - regularização fundiária e urbanização específica para áreas ocupadas por população de baixa renda;

V - adequação do direito de construir as normas urbanísticas;

VI - meio ambiente ecologicamente equilibrado, como um bem de uso comum do povo essencial à sadia qualidade de vida, preservando e restaurando os processos ecológicos essenciais e provendo o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, controlando a produção, a comercialização e emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.

§ 3º - É vedada a retenção especulativa do solo urbano não construído ou qualquer outra forma de deixá-lo subutilizado ou não utilizado.

Art. 118 - Para assegurar as funções sociais da cidade e da propriedade, o poder público usará, principalmente, os seguintes instrumentos:

I - progressividade do imposto predial e territorial urbano, relacionada com o atendimento das exigências de parcelamento ou edificação compulsória e da função social da propriedade;

- II - diferenciação do valor de taxas e tarifas, correspondendo ao nível econômico dos diferentes segmentos da população;
- III - contribuição de melhoria para ressarcimento do custo de obras públicas realizadas, que produzam a valorização dos imóveis beneficiados;
- IV - parcelamento, unificação, edificação ou utilização compulsórios, atendendo a função social da propriedade, evitando, assim, a formação de vazios urbanos;
- V - a lei poderá facultar a transferência do direito de construir, a título de compensação, ao proprietário de edificações isoladas de valor histórico;
- VI - desapropriação por interesse social ou utilidade pública;
- VII - discriminação de terras públicas destinadas prioritariamente a assentamentos da população de baixa renda;
- VIII - inventários, registros vigilância e tombamento de imóveis;
- IX - tributação dos vazios urbanos, observado o Art. 8º, XIII.

Art. 119 - O direito de propriedade territorial urbana não pressupõe o direito de construir, cujo benefício deverá ser autorizado pelo poder público, segundo critérios que forem estabelecidos em lei municipal.

Art. 120 - As terras públicas não utilizadas ou subutilizadas serão prioritariamente destinadas a assentamentos humanos de população de baixa renda. **(Redação do caput declarada inconstitucional pela ADIn n. 2008.0228.75-0, com efeitos a partir de maio de 2008)**

§ 1º - Para atendimento do caput deste artigo, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover o assentamento de pessoas carentes e de baixa renda, em terras do patrimônio disponível do Município de Itajaí, bem como nas chamadas áreas verdes destinadas à construção de prédios públicos e que não estejam sendo ocupadas para essa finalidade. **(Redação do § 1º declarada inconstitucional pela ADIn n. 2008.0228.75-0, com efeitos a partir de maio de 2008)**

§ 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover desmembramentos e unificações das áreas referidas no parágrafo anterior, obedecida a área mínima do lote, prevista na legislação federal. **(Redação do § 2º declarada inconstitucional pela ADIn n. 2008.0228.75-0, com efeitos a partir de maio de 2008)**

§ 3º - O Poder Executivo Municipal poderá alienar, ou doar aos que já a ocupem, há mais de cinco anos, os lotes decorrentes dos desmembramentos e unificações referidas no parágrafo anterior, às pessoas carentes e de baixa renda do Município, devidamente cadastradas pela Secretaria do Bem-Estar Social, pelo preço de prestação mensal nunca superior a quinze por cento do salário mínimo e prazo de cinco anos, na forma da lei.

§ 4º - Durante o prazo referido no parágrafo anterior, o comprador não poderá alienar, alugar, ceder, emprestar ou fazer qualquer outro tipo de disposição do imóvel adquirido. Salvo, para dar em garantia para obtenção de financiamento para construção da casa própria, no mesmo imóvel, resgatadas as prestações vincendas.

§ 5º - Os recursos obtidos com a alienação de lotes constituirão receita de capital e serão depositadas em conta especial, devendo ser aplicadas nas obras de saneamento básico e infra-estrutura das áreas referidas.

Art. 121 - O estabelecimento de diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano deverá assegurar:

I - a urbanização, a regularização fundiária e a titulação das áreas onde estejam situadas a população favelada e de baixa renda, sem remoção dos moradores. Salvo, em área de risco, mediante consulta à população envolvida.

II - a preservação das áreas de exploração agrícola e pecuária e o estímulo a essas atividades primárias;

III - a preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente natural e cultural;

IV - a criação de áreas de especial interesse urbanístico, social, cultural, ambiental, turístico e de utilização pública;

V - a participação das comunidades comunitárias no estudo, no encaminhamento e na solução dos problemas, planos, programas e projetos;

VI - às pessoas portadoras de deficiência, o livre acesso a edifícios públicos e particulares de frequência ao público, a logradouros públicos e ao transporte coletivo.

Art. 122 - Os terrenos de marinha são “non aedificandi”. Salvo, indicações específicas constantes do Plano Diretor, observada a legislação pertinente.

Parágrafo Único - A manifestação do Município sobre a preferência da ocupação e aforamento de terreno de marinha, dependerá de aprovação da Câmara Municipal.

Art. 123 - Os recursos provenientes da participação financeira do recurso do mar, serão utilizados, preferencialmente para as ações de desenvolvimento urbano e preservação ambiental.

Art. 124 - A lei disporá sobre a forma de participação e colaboração dos segmentos sociais e das comunidades diretamente interessadas no planejamento, acompanhamento e controle da política urbana.

§ 1º - A alteração do zoneamento e das condições de aproveitamento do solo dependerá do efetivo cumprimento do disposto no caput deste artigo.

§ 2º - A alteração do zoneamento deverá ser precedida de um estudo de impacto ambiental.

Art. 125 - Incube à Administração Municipal promover e executar programas de construção de moradias populares e garantir, em nível compatível com a dignidade da pessoa humana, condições habitacionais, saneamento básico e acesso ao transporte.

Parágrafo Único - Terão tratamento prioritário as famílias de baixa renda e os problemas de sub-habitação, dando ênfase a programas de loteamentos urbanizados.

Art. 126 - O Município, na elaboração dos seus planos e orçamentos plurianuais, estabelecerá as metas de prioridades e fixará as dotações necessárias para efetivar a política habitacional, desenvolvendo a criação de um Fundo Municipal de Habitação, na forma da Lei.

Art. 127 - As ações de desfavelamento deverão estar combinadas com as ações de regularização fundiária, com vistas à legislação da ocupação do solo, às dotações de equipamentos comunitários e ao apoio financeiro para acesso às terras.

Art. 128 - O saneamento básico, que compreende os serviços relativos ao abastecimento de água, coleta e deposição de esgotos e resíduos sólidos, limpeza pública, drenagem, controle de vetores para proteção da saúde pública, deverá ser atendido diretamente pelo poder público.

Capítulo III

Do Meio Ambiente

Art. 129 - Todos têm direito ao meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, impondo-se a todos e, em especial ao poder público municipal, o dever de defendê-lo e preservá-lo para o benefício das gerações atuais e futuras.

Parágrafo Único - O direito ao ambiente saudável estende-se ao ambiente de trabalho, ficando o Município obrigado a garantir e proteger o trabalhador contra toda e qualquer condição nociva à sua saúde física e mental.

Art. 130 - É dever do poder público elaborar e implantar, através de lei, um Plano Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais que contemplará a necessidade do conhecimento das características e recursos dos meios físicos e biológicos, de diagnóstico de sua utilização e definição de diretrizes para o seu melhor aproveitamento no processo de desenvolvimento econômico-social.

Art. 131 - Cabe ao poder público, através de seus órgãos de administração direta, indireta e fundacional:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais das espécies e dos ecossistemas;

II - preservar e restaurar a diversidade e a integridade do patrimônio biológico e paisagístico no âmbito Municipal;

III - definir e implantar áreas e seus componentes representativos de todos os ecossistemas originais do espaço territorial do Município a serem especialmente protegidos, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção, mantendo as unidades de conservação atualmente existentes;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade, garantidas audiências públicas, na forma da lei, e que será submetido à apreciação do Legislativo;

V - garantir a educação ambiental em todos os níveis de ensino e conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VI - proteger a fauna e a flora, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade,

fiscalizando a extração, captura, produção, transportes, comercialização e consumo de seus espécimes e sub-produtos;

VII - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VIII - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

IX - definir o uso e ocupação do solo, subsolo e águas, através de planejamento que englobe diagnóstico, análise técnica e definição de diretrizes de gestão dos espaços, respeitando a conservação da qualidade ambiental;

X - estimular e promover o reflorestamento, principalmente em áreas degradadas, objetivando especialmente a proteção de encostas e dos recursos hídricos, bem como a consecução de índices mínimos de cobertura vegetal;

XI - controlar e fiscalizar a produção, a estocagem de substâncias tóxicas, o transporte, a comercialização e a utilização de técnicas, métodos e as instalações que comportem risco efetivo ou potencial para a saudável qualidade de vida e ao meio ambiente natural e de trabalho, incluindo materiais alterados geneticamente pela ação humana, resíduos químicos e fontes de radioatividade;

XII - requisitar a realização periódica de auditorias no sistema de controle de poluição e preservação de riscos de acidentes das instalações e atividades de significativo potencial poluidor, incluindo a avaliação detalhada dos efeitos de sua operação sobre a qualidade física, química e biológica dos recursos ambientais, bem como sobre a saúde dos trabalhadores e da população afetada;

XIII - estabelecer, controlar e fiscalizar padrões de qualidade ambiental;

XIV - garantir o amplo acesso dos interessados a informações sobre as fontes e causas da poluição, da degradação ambiental sobre os níveis de poluição, qualidade do meio ambiente, situações de riscos de acidentes e a presença de substâncias potencialmente danosas à saúde;

XV - promover medidas judiciais e administrativas de responsabilização dos causadores de poluição ou de degradação ambiental;

XVI - incentivar a integração das escolas, instituições de pesquisas e associações civis, nos esforços para garantir e aprimorar o controle da poluição, inclusive no ambiente de trabalho.

XVII - estimular a pesquisa, o desenvolvimento e a utilização de fontes de energias alternativas, não poluentes, bem como de tecnologias poupadoras de energias;

XVIII - vedar a concessão de recursos públicos ou incentivos fiscais às atividades que desrespeitem às normas e padrões de proteção ao meio ambiente e ao ambiente natural de trabalho;

XIX - recuperar a vegetação em áreas urbanas, segundo critérios definidos em lei;

XX - discriminar em lei:

- a) as áreas e as atividades de significativa potencialidade de degradação ambiental;
- b) os critérios para o estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental;
- c) o licenciamento de obras causadoras de impacto ambiental, obedecendo sucessivamente licença prévia de instalação e funcionamento;
- d) as penalidades para empreendimentos já iniciados ou concluídos sem licenciamento e a recuperação da área de degradação, segundo os critérios e métodos definidos pelos órgãos competentes;
- e) os critérios que nortearão a exigência de recuperação ou reabilitação das áreas sujeitas a atividades de mineração;

XXI - exigir o inventário das condições ambientais das áreas sob ameaça de degradação ou já degradadas e enviá-lo ao Poder Legislativo;

Art. 132 - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

Art. 133 - É obrigatória a recuperação da vegetação nativa nas áreas protegidas por lei e todo proprietário que não respeitar restrições ao desmatamento deverá recuperá-los, sob pena de sanções legais cabíveis.

Art. 134 - É proibida a instalação de reatores nucleares, com exceção daqueles destinados à pesquisa científica e ao uso terapêutico, cuja localização e especificações serão definidas em lei complementar.

Art. 135 - O Conselho Municipal de Meio Ambiente, órgão consultivo, deliberativo e normativo de assessoramento superior, composto paritariamente, por representantes dos órgãos governamentais, órgãos não governamentais, órgãos ambientais e segmentos da sociedade civil, que entre outras atribuições e competências definidas em lei, deverá

estudar, propor, colaborar, promover e participar, da política ambiental do Município.
(Caput com redação determinada pela Emenda n. 28, de 05 de julho de 2007)

**O Caput foi anteriormente alterado pela Emenda n. 10/1999 e Emenda n. 26/2006*

§ 1º - Revogado. (§ 1º revogado pela Emenda n. 26, de 22 de setembro de 2006)

§ 2º - Revogado. (§ 2º revogado pela Emenda n. 26, de 22 de setembro de 2006)

Art. 136 - As condutas e atividades lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores a sanções administrativas com aplicação de multas diárias e progressivas nos casos de continuidade da infração ou reincidência, incluídas a redução do nível de atividade e a interdição, independentemente da obrigação dos infratores de restaurar os danos causados.

Art. 137 - As receitas provenientes de licenciamentos, vistorias técnicas, fiscalização, registros, controles, multas e infrações ambientais serão usadas especificamente, em projetos de conservação e proteção ambiental, creditadas em conta vinculada da Fundação Municipal do Meio Ambiente ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, administrado pelo Conselho Deliberativo a Fundação Municipal do Meio Ambiente. **(Caput com redação determinada pela Emenda n. 26, de 22 de setembro de 2006)**

**O Caput foi anteriormente alterado pela Emenda n. 10/1999*

Parágrafo Único – Revogado. (Parágrafo único revogado pela Emenda n. 26, de 22 de setembro de 2006)

**O Parágrafo único foi incluído pela Emenda n. 10/1999 e posteriormente revogado*

Art. 138 - Nos serviços públicos prestados pelo Município e na sua concessão, permissão e renovação deverá ser avaliado o serviço e seu impacto ambiental.

Parágrafo Único - As empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos deverão atender rigorosamente aos dispositivos de proteção ambiental, não sendo permitida a renovação da permissão ou concessão, no caso de reincidência da infração.

Art. 139 - Aquele que utilizar recursos ambientais fica obrigado, na forma da lei, a realizar programas de monitoragem a serem estabelecidos pelos órgãos competentes.

Art. - 140 - Compete ao poder público municipal coibir, na forma da lei, as diversas formas de poluição sonora e visual.

Art. 141 - Compete ao poder público municipal e à coletividade proteger a qualidade do ar, através do controle das fontes emissoras de poluentes, incluindo a diminuição progressiva do uso de clorofluorcarbonados e disciplinação do uso do metano.

Art. 142 - Compete ao poder público municipal exigir projetos de tratamento de esgotos para novas construções urbanas e rurais e adequação das exigências.

Art. 143 - O poder público municipal determinará áreas apropriadas para depósitos de substâncias tóxicas e inflamáveis, bem como o sistema viário adjacentes, estabelecendo as exigências de segurança à população e ao meio ambiente, na forma da lei.

Parágrafo Único - Os depósitos de inflamáveis já instalados deverão se adequar às exigências definidas no artigo anterior.

Art. 144 - O transporte e armazenagem de cargas ou produtos tóxicos, dentro de perímetro urbano, será regulamentado por lei.

Art. 145 - Fica proibida a caça e a pesca predatória.

Art. 146 - O Poder Público Municipal criará, na forma da lei, o Serviço de Fiscalização Ambiental do Município de Itajaí, que atuará de forma integrada com órgãos públicos federais e estaduais. **(Caput com redação determinada pela Emenda n. 10, de 28 de setembro de 1999)**

Parágrafo Único - O serviço de Fiscalização Ambiental do Município de Itajaí integrará a estrutura organizacional da Fundação Municipal do Meio Ambiente, que será criada e regulamentada por Lei Complementar. **(Parágrafo único com redação determinada pela Emenda n. 10, de 28 de setembro de 1999)**

Art. 147 - São áreas de preservação permanente:

I - os manguezais;

II - as faixas de proteção das nascentes e margens dos rios;

III - as encostas com declives superior a quarenta e cinco graus e as sujeitas a deslizamentos, cuja vegetação será reservada; **(Antigo inciso IV, renumerado pela Emenda n. 10, de 28 de setembro de 1999)**

IV - as áreas naturais de grande apelo visual e paisagístico no Município, tais como morros e suas encostas, promontórios e seus costões rochosos e sua vegetação típica. **(Antigo inciso V, renumerado pela Emenda n. 10, de 28 de setembro de 1999)**

§ 1º - Na forma da lei, as áreas anteriormente referidas serão discriminadas de acordo com as suas particularidades. **(Antigo parágrafo único, renumerado pela Emenda n. 10, de 28 de setembro de 1999)**

§ 2º - A área do Saco da Fazenda é de interesse ambiental, podendo nela serem executados serviços voltados à sua recuperação ecológica, bem como a exploração de seus recursos naturais de forma ambientalmente compatível e sustentável, mediante licença dos órgãos competentes.” **(§ 2º com redação determinada pela Emenda n. 42, de 27 de dezembro de 1999)**

**O § 2º foi anteriormente alterado pela Emenda n. 10/1999*

Capítulo IV

Da Agricultura e da Pesca

Art. 148 - O Município promoverá a política de desenvolvimento rural e pesqueiro, de acordo com as aptidões econômicas, sociais e dos recursos naturais, mediante a elaboração de um plano de desenvolvimento rural e pesqueiro.

§ 1º - Os planos de desenvolvimento rural e pesqueiro serão planejados, executados e avaliados por um Conselho de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro, respectivamente.

§ 2º - O Conselho de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro terá participação das entidades do Município, das organizações formais de produtores e trabalhadores rurais e pesqueiros, bem como dos setores de transporte, abastecimento, comercialização e armazenamento, na forma da lei.

Art. 149 - O Município co-participará com o governo do Estado e da União, na manutenção do serviço de assistência técnica e extensão rural e pesqueira oficial, assegurando, prioritariamente ao pequeno produtor rural e pescador artesanal, a orientação sobre a produção agro-silvo-pastoril e pesqueira, a organização rural e

pesqueira, a comercialização, a racionalização do uso, a preservação dos recursos naturais, a administração das unidades de produção e melhorias das condições de vida e bem estar da população rural e pesqueira.

Parágrafo Único - O Município destinará recursos à pesquisa agropecuária e ao desenvolvimento agrícola e pesqueiro, na forma da lei.

Art. 150 - O Município manterá e expedirá as patrulhas mecanizadas agrícola para apoiar e facilitar a melhoria da infra-estrutura das pequenas propriedades e pequenos produtores, oferecendo serviços a preços compatíveis com a realidade rural.

Art. 151 - O Município participará nos programas de recuperação e conservação dos recursos naturais renováveis.

Art. 152 - O poder público municipal, para preservação do meio ambiente, manterá mecanismo de controle e fiscalização do uso, armazenamento e transporte de produtos agrotóxicos, dos resíduos industriais e agroindustriais lançados nos rios e córregos localizados no território do Município. E do uso do solo rural no interesse do combate à erosão e na defesa de sua conservação.

Art. 153 - O Município incentivará a produção de subsistência bem como a comercialização de seu excedente.

Art. 154 - O Município desenvolverá programas de incentivo à produção animal e sua integração com as atividades agrícolas.

Art. 155 - O município estimulará a diversificação dos cultivos agrícolas, pecuários e florestais para auto-abastecimento com o propósito de reduzir a dependência e diminuir os riscos de produção e comercialização.

Parágrafo Único - Com o objetivo de alcançar os fins cominados neste artigo, o Poder Executivo criará e fará instalar a Casa do Agricultor, que funcionará como uma unidade de execução da política agrícola do Município.

Art. 156 - O Município promoverá o cumprimento da função social da terra, visando incorporar ao sistema produtivo as áreas com potencialidade agrícola, através da criação de mecanismos de estímulo.

Art. 157 - O Município apoiará a criação de um sistema de abastecimento alimentar, aproximando os produtores rurais ou pesqueiros dos consumidores urbanos.

§ 1º - O Município deverá elaborar programas municipais de abastecimento visando a merenda escolar, com aproveitamento prioritário da produção local, através da participação das instituições ligadas ao setor rural e/ou pesqueiro.

§ 2º O Município apoiará a criação de feiras livres e outros mecanismos de comercialização de produtos alimentares.

§ 3º - O Município apoiará programas municipais de armazenamento da produção rural.

Art. 158 - O Município criará incentivos a pequenas agro-indústrias visando a elaboração da produção dos pequenos e médios agricultores e pescadores artesanais.

Capítulo V

Da Assistência Social

Art. 159 - O Município, dentro de sua competência, desenvolverá programas e projetos de assistência social com o objetivo de atender a quem dela necessitar e tem por objetivos:

I - proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice;

II - amparar as crianças e adolescentes carentes, infratores, com desvio de conduta, abandonados, meninos(as) de rua;

III - promover a integração ao mercado de trabalho;

IV - habilitar ou reabilitar pessoas portadoras de deficiências ou garantir-lhes assistência, quando não possuam meios próprio ou de família e promover sua integração à vida comunitária.

Art. 160 - É dever do Município garantir:

I - creches e pré-escolas, de forma que todas as crianças de zero a seis anos, que necessitem, tenham acesso;

II - programa de alimentação para mulheres carentes grávidas ou em fase de amamentação;

III - condições para que a criança, o adolescente e o idoso permaneçam com a família em todas as circunstâncias.

Art. 161 - Na prestação de serviços sociais, o Município dará prioridade à infância, à adolescência e à velhice, em situação de abandono e risco social.

Art. 162 - A coordenação e execução da assistência social exercida pelo Governo Municipal serão realizadas por órgão próprio definido em lei municipal, prevendo-se os recursos necessários para o seu funcionamento.

Art. 163 - Competirá ao Município formular políticas municipais de assistência social:

I - em articulação com as políticas estaduais e nacionais;

II - com a participação popular na sua elaboração;

III - com a garantia de recursos orçamentários próprios, bem como daqueles recursos repassados por outras esferas de governo, respeitados os dispositivos constantes do Art. 203, I e IV da Constituição Federal.

Art. 164 - Caberá, também, ao Município a prestação de auxílios eventuais, destinados ao atendimento à situação de nascimento, morte, emergência e vulnerabilidade temporária, que podem ser concedidos sob a forma de dinheiro ou “in natura”, variando o seu valor e duração segundo a natureza da situação de carência do beneficiário.

Art. 165 - O Poder Executivo deverá coordenar e manter um sistema de informações e estatísticas na área de assistência social.

Art. 166 - Compete ao Município, ainda que concorrente ou supletivamente à União e ao Estado, assegurar, através de política social, a integração sócio-econômica e cultural do segmento da população de renda mais baixa, utilizando recursos próprios ou captados junto à União, ao Estado e à comunidade.

Art. 167 - A abordagem das populações carentes far-se-á prioritariamente em nível da família e da comunidade.

Art. 168 - As comunidades carentes deverão participar através de suas lideranças naturais e institucionais em todas as etapas do seu processo de integração, desde a elaboração de diagnóstico, eleições de prioridades e escolha dos meios de execução das ações disciplinadas em lei.

Art. 169 - Os meios de execução não poderão omitir o respeito à dignidade do cidadão, sua autonomia e seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como a convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.

Art. 170 - Compete ao Município promover a educação e a prevenção relativas ao tóxico e ao alcoolismo e orientação e/ou encaminhar os casos dependentes de tratamento ou reabilitação.

Seção I

Da Criança e do Adolescente

Art. 171 - O poder público municipal garantirá o cumprimento dos direitos da criança e os defenderá em todas as circunstâncias,

Parágrafo Único - No caso de crianças internadas em hospitais próprios e/ou conveniados com o sistema municipal de saúde, o Município não deixará de envidar esforços para propiciar o direito de mãe acompanhante e/ou substituto(a) afetivo(a).

Art. 172 - Será criado, através de lei especial, o Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente, para viabilizar a efetiva participação comunitária na definição e implementação das políticas públicas para crianças e adolescentes.

Seção II

Do Idoso

Art. 173 - É dever do poder público municipal desenvolver uma política destinada a amparar a pessoa idosa, assegurando a sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida nos termos da lei, observando o seguinte:

I - atendimento por órgão próprio ao idoso, através de programas de amparo e orientação;

II - incentivando e coordenando campanhas de conscientização junto a todos os segmentos da sociedade;

III - fiscalizando as condições de vida e tratamento dispensados aos idosos, bem como o funcionamento de asilos e instituições similares, respaldando com apoio técnico e financeiro.

§ 1º - Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º - Aos maiores de sessenta e cinco anos, é garantida a gratuidade no transporte coletivo urbano.

Seção III

Da Pessoa Portadora de Deficiência

Art. 174 - O município garantirá os direitos fundamentais a uma vida digna e humana à pessoa com deficiência, nos termos da Constituição da República, da Constituição do Estado de Santa Catarina, da Lei Orgânica e da legislação ordinária. **(Caput com redação determinada pela Emenda n. 44, de 18 de novembro de 2011)**

Art. 175 - O Município promoverá a preservação e o tratamento das deficiências físicas, mentais e sensoriais.

Art. 176 - O Sistema Municipal de Ensino preconizará uma filosofia normatizadora e integradora, garantindo à pessoa com qualquer tipo de deficiência o direito ao processo educacional em todos os níveis e preferencialmente na rede regular. **(Caput com redação determinada pela Emenda n. 44, de 18 de novembro de 2011)**

Parágrafo Único - A Educação Especial no Município será prestada em cooperação com os serviços de educação especial, mantidos pelo Estado e pela comunidade, quando sem fins lucrativos.

Art. 177 – À pessoa com deficiência será garantido o livre acesso a logradouros, edifícios públicos e particulares de frequência aberta ao público e ao transporte coletivo, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas e ambientais, bem como ao lazer, que inclui ofertas de programas de esporte e meios de acesso em todas as suas manifestações.

(Caput com redação determinada pela Emenda n. 44, de 18 de novembro de 2011)

§ 1º - Será garantida, em lei municipal, as especificações das obras e serviços adequados às necessidades da pessoa com deficiência física e sensorial. **(§ 1º com redação determinada pela Emenda n. 44, de 18 de novembro de 2011)**

§ 2º - O transporte coletivo será gratuito às pessoas com deficiência e a pessoa acompanhante na forma da Lei; **(§ 2º com redação determinada pela Emenda n. 44, de 18 de novembro de 2011)**

**O § 2º foi anteriormente alterado pela Emenda n. 17/2004*

§ 3º - A pessoa acompanhante somente poderá fazer uso do transporte gratuito, desde que esteja acompanhada (o) à pessoa com deficiência. **(§ 3º com redação determinada pela Emenda n. 44, de 18 de novembro de 2011)**

**O § 3º foi acrescentado pela Emenda n. 17/2004*

Art. 178 - O poder público instituirá um Conselho de Assistência à pessoa portadora de deficiência para fins de consulta e deliberação relativa às ações desse setor.

Capítulo VI

Da Saúde

Art. 179 - A saúde é direito de todos os munícipes e dever do poder público, assegurada mediante políticas sociais e econômicas que visem a eliminação do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção e recuperação.

Art. 180 - O direito à saúde implica nos seguintes direitos fundamentais:

I - acesso à terra e aos meios de produção;

- II - condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte e lazer;
- III - respeito ao ambiente e controle da poluição ambiental;
- IV - opção quanto à quantidade de prole;
- V - acesso universal e igualitário de todos os habitantes do Município às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, sem qualquer discriminação;
- VI - proibição de cobrança ao usuário pela prestação de serviços de assistência à saúde, públicos ou contratados, na forma da lei.

Art. 181 - As ações de saúde são de natureza pública, devendo sua execução ser feita preferencialmente através de serviços oficiais e, supletivamente, através de serviço de terceiros.

Art. 182 - As ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constitui o Sistema Municipal de Saúde, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - distritilização dos recursos, serviços e ações;
- II - integralidade na prestação das ações de saúde, adequadas às realidades epidemiológicas;
- III - a lei disporá sobre a criação do Conselho Municipal de Saúde, como órgãos normativo, consultivo e deliberativo, composto por representantes da administração municipal, dos trabalhadores da saúde, usuários das instituições de saúde e outras entidades da sociedade civil vinculados à questão, de forma paritária;
- IV - demais diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Saúde, que se reúne anualmente com representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde do Município e estabelecer as diretrizes da política municipal, de saúde, convocada pelo Secretário Municipal de Saúde, ou extraordinariamente pelo Conselho Municipal de Saúde.

Art. 183 - O sistema Municipal de Saúde será financiado com recursos do orçamento do Município, do Estado, da seguridade social, da União, além de outras fontes.

§ 1º - O volume mínimo dos recursos destinados à saúde a serem contemplados no orçamento anual, corresponderão a treze por cento das receitas correntes, excluídas as de contribuição de melhorias, taxas, preços públicos e outras receitas vinculadas.

§ 2º - Os recursos financeiros do Sistema Municipal de Saúde serão administrados por meio de um Fundo Municipal de Saúde, vinculado e subordinado à Secretaria Municipal de Saúde.

§ 3º - É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios e subvenções a instituições privadas com fins lucrativos.

§ 4º - As instituições privadas poderão participar de forma suplementar do Sistema Municipal de Saúde, mediante contrato público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Art. 184 - São competências do Município, exercidas pela Secretaria de Saúde ou equivalente:

I - assistência à saúde;

II - garantir aos profissionais da saúde a isonomia salarial, admissão através de concurso público, incentivo à dedicação exclusiva e tempo integral, capacitação e reciclagem permanentes, condições adequadas de trabalho para a execução de suas atividades em todos os níveis;

III - a direção do Sistema Unificado de Saúde-SUS no âmbito do Município em articulações com a Secretaria Estadual de Saúde;

IV - a elaboração a atualização periódica do Plano Municipal de Saúde, em termos de prioridades e estratégias municipais, em consonância com o Plano Estadual de Saúde e de acordo com as diretrizes do Conselho Municipal de Saúde;

V - a elaboração e utilização da proposta orçamentária do Sistema Unificado de Saúde-SUS para o Município;

VI - a administração do Fundo Municipal de Saúde;

VII - a proposição de projetos de lei municipais que contribuam para viabilizar e concretizar o Sistema Unificado de Saúde no Município;

VIII - A compatibilização e complementação das normas técnicas do Ministério da Saúde e da Secretaria Estadual de Saúde, de acordo com a realidade municipal;

IX - a administração execução das ações e serviços de saúde e de promoção nutricional, de abrangência municipal ou inter-municipal;

- X** - a formulação da política de recursos humanos na esfera municipal, de acordo com as políticas nacional e estadual de desenvolvimento de recursos humanos para a saúde;
- XI** - a implantação do Sistema de Informação em Saúde, no âmbito municipal, em conformidade com o Estadual;
- XII** - o acompanhamento, avaliação e divulgação dos indicadores de morbi-mortalidade no âmbito do Município;
- XIII** - o planejamento e execução das ações de vigilância epidemiológica no âmbito do Município, em articulação com o nível estadual;
- XIV** - o planejamento e execução das ações de controle do meio ambiente e de saneamento básico no âmbito do Município, em articulação com os demais órgãos governamentais;
- XV** - a normalização e execução, no âmbito do Município, da política nacional de insumos e equipamentos para a saúde;
- XVI** - a execução, no âmbito do Município, dos programas e projetos estratégicos para o enfrentamento das prioridades nacionais, estaduais e municipais, assim como situações emergenciais;
- XVII** - a complementação das normas referentes às relações com o setor privado e a celebração de contratos com serviços privados de abrangência municipal;
- XVIII** - o planejamento e execução das ações de controle das condições e dos ambientes de trabalho e dos problemas de saúde com eles relacionados;
- XIX** - a celebração de consórcios inter-municipais, para formação de Sistemas de Saúde, quando houver indicação técnica e consenso das partes.

Capítulo VII

Da Educação

Art. 185 - A educação, direito de todos, é um dever do poder público e da sociedade, visando garantir o acesso do cidadão à cultura, aos conhecimentos científicos, tecnológicos e artísticos, historicamente acumulados, constituindo-se em instrumento do desenvolvimento da capacidade de elaboração e de reflexão crítica da realidade.

Art. 186 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I** - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

- II** - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III** - pluralismo de idéias e concepções pedagógicas;
- IV** - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V** - valorização dos profissionais do ensino, garantindo na forma da lei, plano de carreira para o magistério;
- VI** - gestão democrática do ensino, garantida a participação de representantes da comunidade;
- VII** - o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental;
- VIII** - garantia do padrão de qualidade.

Art. 187 - O dever do Município com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I** - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II** - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- III** - atendimento em creche e pré-escolar às crianças de zero a seis anos de idade;
- IV** - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- V** - atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, vestuário, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Art. 188 - O Município organizará e manterá por lei o Sistema Municipal de Educação, respeitadas as diretrizes e bases fixadas pela legislação federal e estadual.

§ 1º - Compete ao Município elaborar o Plano Municipal de Educação, aprovado em lei e articulado com os Planos Nacional e Estadual de Educação.

§ 2º - O Plano objetivará, no mínimo, a:

- I** - erradicação do analfabetismo;
- II** - universalização do atendimento escolar;
- III** - melhoria da qualidade do ensino;
- IV** - formação humanística, científica e tecnológica;

V – incluir no currículo escolar da rede municipal de ensino, matérias inerentes à “Educação Ambiental” e “Educação do Trânsito”. **(Inciso V acrescentado pela Emenda n. 13, de 28 de março de 2000)**

Art. 189 - O Estatuto e o Plano de Carreira do Magistério e do pessoal técnico administrativo da Rede Municipal de Ensino serão elaborados através de lei ordinária, obedecidos os termos do Art. 206 da Constituição Federal.

Art. 190 - A lei disporá sobre a criação do Conselho Municipal de Educação, como órgão normativo, consultivo e deliberativo, composto por representantes da administração municipal, dos trabalhadores da educação, usuários das instituições oficiais de ensino e outras entidades da sociedade civil vinculadas à questão educacional.

Parágrafo Único - São atribuições do Conselho Municipal de Educação:

I - elaborar e manter atualizado o Plano Municipal de Educação;

II - examinar e avaliar o desempenho das unidades escolares componentes do Sistema Municipal;

III - fixar critérios para o emprego de recursos destinados à educação, provenientes do Município, do Estado, da União ou de outra fonte, assegurando-lhes aplicação harmônica, bem pronunciar-se sobre convênios de qualquer espécie;

IV - fixar normas para a fiscalização e supervisão no âmbito de competência do Município, nos estabelecimentos componentes do Sistema Municipal de Educação;

V - estudar e formular proposta de alteração de estrutura técnico-administrativa, da política de recursos humanos e outras medidas que visem o aperfeiçoamento do ensino;

VI - convocar anualmente a Assembléia Plenária de Educação.

Art. 191 - O ensino superior instituído pelo Município e mantido através da Fundação Universidade Vale do Itajaí, exercerá sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial na forma da lei, de seu estatuto e regimento, garantindo a gestão democrática do ensino.

Art. 192 - Pela participação em programas de ação social, assistencial, educacional, de saúde pública, cultural, esportivo, recreativo e de cooperação técnica do Município, atuando em atividades compatíveis com a natureza do curso de graduação e/ou com as

suas habilidades pessoais, a municipalidade concederá auxílio a estudantes universitários, comprovadamente carentes, residentes e domiciliados em Itajaí, na forma, condições, e percentuais conforme dispuser a lei municipal e dentro dos recursos orçamentários alocados, repassando os valores, para esse auxílio, à entidade de ensino em que o aluno estiver matriculado.

(Caput com redação determinada pela Emenda n. 50, de 05 de fevereiro de 2014)

**O Caput foi anteriormente alterado pela Emenda n. 1/1992, Emenda n. 6/1997 e Emenda n.23/2005*

§ 1º – O valor nominal do auxílio correspondente a cada aluno beneficiado deverá corresponder ao desconto na mensalidade do estudante junto à instituição de ensino. (**§ 2º com redação determinada pela Emenda n. 50, de 05 de fevereiro de 2014**)

§ 2º - A instituição de ensino deverá localizar-se no Município de Itajaí ou até 60km de distância, desde que em Itajaí não seja oferecido o curso de graduação correspondente. (**§ 2º com redação determinada pela Emenda n. 50, de 05 de fevereiro de 2014**)

Art. 193 - Anualmente, o Município aplicará, no mínimo, vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos. Inclusive, a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, nos termos definidos no Art. 212 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - O município, além da concessão de bolsas de estudo, prestará assistência técnica e financeira às escolas da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, na área de sua abrangência, onde não houver oferta de ensino público no mesmo grau ou habilitação.

Capítulo VIII

Da Cultura

Art. 194 - O poder público municipal garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, catarinense e itajaiense.

Parágrafo Único - A política cultural do Município será definida com o Conselho Municipal de Cultura e ampla participação popular, baseada nos seguintes princípios:

- I - incentivo e valorização de todas as formas de expressão cultural;
- II - preservação da identidade e memória itajaiense;
- III - proteção das obras, objetos, documentos, monumentos naturais e outros bens de valor histórico, arquitetônico, artístico, arqueológico, científico e cultural;

- IV** - integração com as políticas de educação, de lazer e ecológica;
- V** - integração das ações governamentais no âmbito da educação, cultura e esporte;
- VI** - concessão de apoio administrativo, técnico e financeiro às entidades culturais municipais e privadas;
- VII** - criação de espaços e equipamentos públicos e privados, destinados à manifestação artístico-cultural;
- VIII** - abertura dos equipamentos públicos para as atividades culturais;
- IX** - concessão de incentivos, nos termos da lei, para a produção e difusão de bens e valores culturais, como forma de garantir a preservação da cultura, das tradições e dos costumes da sociedade itajaiense.

Art. 195 - A administração pública municipal criará e fará instalar a Biblioteca Pública Municipal, que funcionará como uma unidade de execução da política cultural do Município, bem como conveniar com a Biblioteca Central da UNIVALI e de outras instituições.

Capítulo IX

Dos Esportes e Recreação

Art. 196 - O Município deve apoiar e estimular as práticas desportivas da comunidade em todas as idades, proporcionando meios de recreação sadia e construtiva, mediante:

- I** - reserva de espaços verdes ou livres, em forma de parques, praças, jardins, campos esportivos, praias e assemelhados como base física da recreação urbana;
- II** - construção e equipamento de parques infantis e centros de lazer;
- III** - aproveitamento e adaptação de rios, vales, montanhas, lagos, matas e outros recursos naturais, como locais de recreação popular e fomento turístico.

Art. 197 - O Município estimulará a prática do esporte amador, criando incentivos fiscais, na forma da lei, àqueles que se identifiquem com este compromisso.

Capítulo X

Dos Transportes Urbanos

Art. 198 – O transporte coletivo tem caráter essencial, sendo de responsabilidade do poder público municipal a quem cabe organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão, permissão ou autorização, cabendo-lhe o planejamento e as decisões para garantir a qualidade dos serviços e o bem estar da população. **(Artigo com redação determinada pela Emenda n. 45 de 28 de março de 2012)**

§ 1º - Caberá à Câmara de Vereadores de Itajaí a decisão final sobre a correção, reajuste e revisão dos valores das tarifas a ser cobradas dos usuários do serviço, mediante lei que autorize os novos valores e a data a partir da qual os mesmos terão vigência. **(Artigo com redação determinada pela Emenda n. 45 de 28 de março de 2012)**

§ 2º - A lei mencionada no artigo anterior será precedida de projeto encaminhado à Câmara pelo Poder Executivo, acompanhado da planilha de custos e justificativa pormenorizada, didática e de fácil compreensão para os usuários em geral do transporte coletivo da Cidade, e com documentos idôneos a justificar a pretensão esboçada, junto com parecer fundamentado e opinativo do Conselho Municipal de Transporte Coletivo. **(Artigo com redação determinada pela Emenda n. 45 de 28 de março de 2012)**

Art. 199 – Quando o Município de Itajaí atingir duzentos e vinte mil habitantes o mesmo será dividido com equidade, em duas regiões que representem cada qual, aproximadamente, metade da população, para fins de prestação do serviço por concessões, por duas empresas diferentes, cada qual atuando em uma região do Município. **(Artigo com redação determinada pela Emenda n. 45 de 28 de março de 2012)**

**O Caput também foi anteriormente alterado pela Emenda n. 2/1992 e Emenda 5/1993*

§ 1º – O Município e quando for o caso, cada região mencionada no caput, terá o seu Conselho Municipal de Transporte Coletivo, de caráter consultivo composto por 21 Membros, com mandato de três anos, de acordo com composição prevista em Lei. **(Artigo com redação determinada pela Emenda n. 45 de 28 de março de 2012)**

§ 2º – O Conselho, além do disposto no final do § 2º do Art. 198, decidirá sobre o percurso, linha, frequência, tempo de vida útil de veículos usados no serviço e bem assim sobre a adaptação dos mesmos para o uso dos portadores de deficiência, de acordo com parecer do Conselho Municipal de Assistência à Pessoa Portadora de Deficiência, só não prevalecendo a decisão do Conselho, nestas hipóteses, caso o

Prefeito justificar decisão diversa. **(Artigo com redação determinada pela Emenda n. 45 de 28 de março de 2012)**

§ 3º - Enquanto perdurar qualquer concessão de transporte coletivo urbano, o Município poderá, também mediante processo de licitação, outorgar autorização ou permissão para que pequenos transportadores com vans ou pequenos ônibus ou equivalentes, possam atuar nas vias públicas e localidades de desinteresse da(s) concessionária(s) ou de difícil acesso para ônibus em linhas destinadas a qualquer dos pontos regulares de captação pelo sistema integrado de transporte coletivo da cidade. **(Artigo com redação determinada pela Emenda n. 45 de 28 de março de 2012)**

§ 4º - A autorização e/ou permissão prevista no artigo anterior não poderá ser feita a mais de uma pessoa ou empresa, nem se admitirá cumulação dessa autorização ou permissão com qualquer sócio de empresa autorizada e/ou permissionária ou qualquer sócio de qualquer empresa concessionária já existente, nem a qualquer parente destes até o segundo grau, devendo a autorização e/ou permissão ter por objeto o transporte a preço fixo não importando a distância entre o embarque e desembarque do passageiro no sistema integrado de transporte coletivo ou no final do trajeto desejado. **(Artigo com redação determinada pela Emenda n. 45 de 28 de março de 2012)**

Art. 200 - Compete ao poder público priorizar o transporte coletivo e não poluidor e a implantação de ciclovias.

Título V

Disposições Gerais

Art. 201 - Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a declaração de nulidade ou anulação dos atos lesivos ao patrimônio municipal.

Art. 202 - O Município não poderá dar nome de pessoas vivas a bens e serviços públicos de qualquer natureza.

Art. 203 - Os cemitérios, no Município, terão sempre caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, sendo permitido a todas as confissões religiosas praticar neles seus ritos.

Parágrafo Único - As associações religiosas e os particulares poderão, na forma da lei, manter cemitérios próprios, fiscalizados, porém, pelo Município.

Ato das Disposições Transitórias

Art. 1º - Até a promulgação da lei complementar referida no Art. 107 e seu § único desta Lei Orgânica, é vedado ao Município despender mais do que sessenta e cinco por cento do valor da receita corrente, limite este a ser alcançado, no máximo, em cinco anos, a razão de um quinto por ano.

Art. 2º - Até a entrada em vigor da lei complementar federal o projeto do plano plurianual, para vigência até o final do mandato em curso do Prefeito, e o projeto de lei orçamentária anual serão encaminhados à Câmara até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvidos para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

Art. 3º - No prazo de sessenta dias após a promulgação desta Lei Orgânica, o Executivo Municipal enviará à Câmara de Vereadores, para revisão, a Lei nº 2.543, de 19 de dezembro de 1989, que institui normas para o zoneamento e o uso do solo no Município de Itajaí.

Art. 4º - Os Conselhos previstos nesta Lei Orgânica serão objeto de mensagem do Executivo Municipal à Câmara de Vereadores no prazo máximo de até doze meses, a contar da promulgação desta Lei Orgânica.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo aplica-se, também, ao Plano de Carreira do Magistério e do pessoal técnico-administrativo da Rede Municipal de Ensino, ao Plano Municipal de Educação e ao Sistema Municipal de Educação.

Art. 5º - A partir do ano de constituição dos conselhos previstos nesta Lei Orgânica, o mandato dos Conselheiros será de um ano, no mínimo, e deverão ser coincidentes, sendo que os eleitos no ano de sua constituição encerrarão seus mandatos a 31 de dezembro.

Art. 6º - Até que sejam procedidas as alterações na legislação municipal, fica assegurada a aplicação da legislação vigente, no que não seja incompatível com a presente Lei Orgânica.

Art. 7º - Revogado. (Artigo revogado pela Emenda n. 5, de 10 de maio de 1993)

**O artigo 7º já havia sido revogado pela Emenda n. 2/1992.*

Na Emenda n. 5/1992, a ementa revigora o art. 7º e o corpo do texto a revoga.

A redação do artigo era: “No prazo de noventa dias, o Poder Executivo promoverá o cumprimento do previsto no Art. 199 desta Lei Orgânica.”

Art. 8º - Na forma da lei, no prazo de dezoito meses, tendo em vista o previsto no Art. 194, III, o Município procederá o cadastramento e inventário dos bens de valor arqueológico, histórico, artístico, arquitetônico, científico e cultural para efeito de tombamento e preservação permanente.

Art. 9º - Somente após o disciplinamento, através de lei complementar federal, poderão ser instituídos e regulamentados os fundos previstos nesta Lei Orgânica.

Art. 10 - Ficam expressamente revogadas todas as isenções de tributos municipais concedidas anteriormente à promulgação da Lei Orgânica Municipal de Itajaí, exceto para aqueles que possuam renda familiar de até dois salários mínimos e que possuam tão somente um veículo automotor, modelo e fabricação até o ano 1992, bem como para os ex-combatentes de acordo com a lei nº 877, de 24 de julho de 1968, e as concedidas pelas leis nº 2.210, de 03 de dezembro de 1985; nº 2349, de 18 de fevereiro de 1988; nº 2.388, de 06 de julho de 1988 e nº 2.432, de 20 de dezembro de 1988. **(Artigo com redação determinada pela Emenda n. 14, de 29 de agosto de 2000)**

**O Caput foi anteriormente alterado pela Emenda n. 11/1999 e Emenda n. 12/1999*

Art. 11 - As disposições da Lei Orgânica serão revistas no prazo de seis meses da promulgação da revisão da Constituição Federal.

Art. 12 - Esta Lei Orgânica é aprovada, assinada e promulgada pelos membros da Câmara Municipal e entra em vigor na data de sua promulgação.

Art 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

Itajaí, 04 de abril de 1990.

Ver. Manoel Rodrigues Conceição

Presidente

Ver. Marcos José Moller

Vice-Presidente

Ver. Adiel Envino Carlos Truppel

1º Secretário

Ver. José Valdevino Arruda Coelho

2º Secretário

Ver. Ademir Manoel Furtado

Ver. Albertino dos Santos

Ver. Ênio Osmar Casemiro

Ver. José Roberto dos Prazeres

Ver. Lourival de Souza

Ver. Luiz Gonzaga Agostinho

Ver. Mauro Cesar de Azevedo Machado

Ver. Nabor Russi

Ver. Nilson Germano Vieira

Ver. Orisvaldo Oliveira

Ver. Paulo Marcio Cruz

Ver. Pedro Antonio Gerardi

Ver. Rubens Camilo Pacheco

Ver. Rui Antonio Pereira

Ver. Silvio Kurtz

Ver. Vilmar Luiz Ferreira

Ver. Volnei José Morastoni

Participantes

Ver. Eloi Camilo da Costa
Ver. João Gerci Serafim
Ver^a. Márcia Rita Graf
Ver. Valdeci Frontino da Cunha (*in memoriam*)

TEXTOS DAS EMENDAS À LEI ORGÂNICA

Emenda a LOM n. 1/1992

ALTERA O DISPOSTO NO ARTIGO 192 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, COM RELAÇÃO À DESTINAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTARIOS À UNIVALI.

Art. 1º - O art. 192, da Lei Orgânica do Município de Itajaí, passara a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 192º - A prefeitura Municipal de Itajaí destinará, anualmente, 2% (dois por cento) da Receita Anual orçada de impostos do Município, à Fundação Universidade do Vale do Itajaí.

Parágrafo único – Os recursos de que se trata este artigo serão repassados mensalmente à entidade beneficiada, e obrigatoriamente deverão ser aplicados da seguinte forma;

I – 60% (sessenta por cento) em bolsas de estudo para estudantes carentes, residente e domiciliados no município de Itajaí.

II – 20% (vinte por cento) em equipamentos e materiais didático-pedagógicos;

III – 20% (vinte por cento) em despesas gerais de custeio”.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, presente Emenda entrará em vigor a partir de 01 de Janeiro de 1993.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, 30 DE NOVEMBRO DE 1992.

Ver. MANOEL RODRIGUES CONCEIÇÃO
Presidente

Emenda a LOM n. 2/1992

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 199 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ E REVOGA O ART. 7º DO ATO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.

A mesa da Câmara Municipal de Itajaí, nos termos do artigo 28 §§ 1º e 2º da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município de Itajaí.

Art. 1º - O art. 199, da Lei Orgânica do Município de Itajaí, passara a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 199º - A partir da promulgação da presente Lei Orgânica, poderá o Poder público implantar, através de processo pertinente, novas concessões para o transporte coletivo municipal”

Art. 2º - Fica revogado o art. 7º do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do município de Itajaí.

Art. 3º - A presente Emenda à Lei Orgânica do Município de Itajaí entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, 21 DE DEZEMBRO DE 1992.

Ver. MANOEL RODRIGUES CONCEIÇÃO

Presidente

Ver. SÍLVIO KURTZ

Vice-Presidente

Ver. RUI ANTÔNIO PEREIRA

1º Secretário

Ver. JOSÉ ROBERTO DOS PRAZERES

2º Secretário

Emenda à LOM n. 3/1992

ALTERA O DISPOSTO NOS ARTIGOS 24 E 33

Art. 1º - O art. 24, da Lei Orgânica do Município de Itajaí, passara a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24º - A Mesa da Câmara Municipal será composta por um Presidente, um 1º e 2º secretários eleitos para o mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, na mesma legislatura.

Art. 2º - O art. 33, da Lei Orgânica do Município de Itajaí, passara a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24º - A Matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, no mesmo período legislativo, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara”.

Art. 3º - A presente Emenda entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, 10 DE DEZEMBRO DE 1992.

Ver. MANOEL RODRIGUES CONCEIÇÃO

Presidente

Ver. SÍLVIO KURTZ

Vice-Presidente

Ver. RUI ANTÔNIO PEREIRA

1º Secretário
Ver. JOSÉ ROBERTO DOS PRAZERES
2º Secretário

Emenda à LOM n. 4/1993

ACRESCENTA INCISO XLV AO ARTIGO 47

A mesa da Câmara Municipal de Itajaí, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela, nos termos do artigo 28 §§ 1º e 2º da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município de Itajaí.

Art. 1º - Fica acrescentado o inciso XLV ao art. 47 da Lei Orgânica do Município de Itajaí, com a seguinte redação:

“Art. 47º - Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

XLV – encaminhar à Câmara de Vereadores, no primeiro semestre de cada ano, projeto de lei que disponha sobre a Política Salarial dos Servidores Públicos Municipais Ativos e Inativos.

Art. 2º - A presente Emenda entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, 27 DE ABRIL DE 1993.

Ver. PEDRO ANTÔNIO GERALDI
Presidente
Ver. RUI ANTÔNIO PEREIRA

Vice-Presidente
Ver. ARQUIMEDES BAUER JÚNIOR
1º Secretário
Ver. JOSÉ ROBERTO DOS PRAZERES
2º Secretário

Emenda à LOM n. 5/1993

**RESTABELECE A REDAÇÃO ORIGINAL DO ART. 199
E REVIGORA O ART. 7º DO ATO DAS DISPOSIÇÕES
TRANSITÓRIAS**

A mesa da Câmara Municipal de Itajaí, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela, nos termos do artigo 28 §§ 1º e 2º da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município de Itajaí.

Art. 1º - Fica estabelecida a redação original do art. 199 da Lei Orgânica do Município de Itajaí, nos seguintes termos:

“Art. 199º - A partir da promulgação da presente Lei Orgânica, deverá o poder Público implantar, através de processo pertinente, novas concessões para o transporte coletivo municipal”.

Art. 2º - Fica revogado o art. 7º do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do município de Itajaí.

Art. 3º - A presente Emenda entrará em vigor na data de sua publicação, e revoga a Emenda nº 02, de 21 de Dezembro de 1992.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, 10 DE MAIO DE 1993.

Ver. PEDRO ANTÔNIO GERALDI

Presidente

Ver. RUI ANTÔNIO PEREIRA

Vice-Presidente

Ver. ARQUIMEDES BAUER JÚNIOR

1º Secretário

Ver. JOSÉ ROBERTO DOS PRAZERES

2º Secretário

Emenda à LOM Nº 6/1997

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ nº. 06/97

Art. 1º. O Art. 192 da lei Orgânica do Município de Itajaí Passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 192 - A Prefeitura Municipal de Itajaí destinará, de 2% (dois por cento) até 4% (quatro por cento) da Receita Anual Orçada de Impostos do Município, à Fundação Universidade do Vale do Itajaí - Univali, a ser revertido integralmente em Bolsas de Estudos à Universitários carentes Itajaienses.

Parágrafo único: O Executivo Municipal regulamentará a formação de uma Comissão de Avaliação de Bolsas, composta, dentre outros, de representantes do Legislativo, da Secretária

Municipal de Educação, da UNIVALI e da Secretaria Municipal de Administração, num prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente Emenda.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, em 21 de Outubro de 1997.

RENATO RIBAS PEREIRA
Presidente

Emenda à LOM n. 7/1997

**DA NOVA REDAÇÃO AO DISPOSTO NO ART. 54 E §§
1º E 3º DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ.**

A Mesa da Câmara Municipal de Itajaí, nos termos do artigo 28 §§ 1º e 2º da Lei Orgânica do Município de Itajaí, promulga a seguinte: Emenda à lei Orgânica do Município de Itajaí:

Art 1º - O Art. 54 e §§ 1º e 3º da lei Orgânica do Município de Itajaí Passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art 1º A publicação das Leis e dos Atos Municipais, far-se-á em jornal do município, ou afixação na sede da Prefeitura, ou da Câmara Municipal, conforme e caso.

§ 1º - o Jornal do Município, doravante, constitui-se Órgão Oficial do Município de Itajaí para publicação e divulgação das Leis e Atos administrativos de efeitos externos e internos, e será regulamentado pelo Chefe do Poder Executivo, nos termos da Lei.

§ 3º - A publicação dos atos normativas, poderá ser de forma reduzida.”

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ, EM 24 DE OUTUBRO DE 1997.

Ver. RENATO RIBAS PEREIRA

Presidente

Ver. CARLOS AUGUSTO DA ROSA

Vice-Presidente

Ver. MARIA JUÇARA PAMPLONA

1ª Secretária

Ver, MÁRIO MANOEL DOS SANTOS

2º Secretário

Emenda à LOM n. 8/1997

DA NOVA REDAÇÃO AO DISPOSTO NO ART. 17 E AO INCISO XXIII DO ART 18

A Mesa da Câmara Municipal de Itajaí, nos termos do artigo 28 §§ 1º e 2º da Lei Orgânica do Município de Itajaí, promulga a seguinte: Emenda à lei Orgânica do Município de Itajaí:

Art 1º - O Art. 17 da lei Orgânica do Município de Itajaí passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art 17º Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado artigo 18, com exceção ao inciso XXIII, e artigo 28 desta Lei Orgânica, dispor sobre todas as matérias da competência do Município, especialmente sobre:

Art. 2º - É dada nova redação ao Inciso XXIII do art. 18 da Lei Orgânica Municipal nos seguintes termos

Art. 18º...

XXIII – Fixar no período legislativo, a remuneração do Prefeito e Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais, por Lei de iniciativa da Câmara Municipal, observados o que dispõem os artigos 29, V e VI, 37, XI, 39, § 4º, 57, § 7º, 150, II, 153, III, 153, § 2º, I, da Constituição Federal.

Art. 3º Está Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ, EM 19 DE JUNHO DE 1998.

Ver. RENATO RIBAS PEREIRA
Presidente

Emenda à LOM n. 9/1998

DA NOVA REAÇÃO AO DISPOSTO NO ART. 24 ALTERADO PELA EMENDA Nº 3, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1992

A Mesa da Câmara Municipal de Itajaí, nos termos do artigo 28 §§ 1º e 2º da Lei Orgânica do Município de Itajaí, promulga a seguinte: Emenda à lei Orgânica do Município de Itajaí:

Art. 1º - O Art. 24 da lei Orgânica de Itajaí, alterado pela Emenda nº 03, de 10 de dezembro de 1992, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art 24º A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Itajaí será Composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um 1º e 2º Secretários, eleitos para mandato de 02 (dois) anos, facultada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, inclusive na mesma legislatura.”

Art. 2º Fica revogado o Art. 1º da Emenda nº 03 da Lei Orgânica Municipal, de 10 de dezembro de 1992.

Art. 3º - A presente Emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ, EM 16 DE DEZEMBRO DE 1998.

Ver. RENATO RIBAS PEREIRA
Presidente

Emenda à LOM n. 10/1999

DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 135, 137, INSERINDO PARÁGRAFO, E 146, INSERINDO PARÁGRAFO, E TRANSFORMA O PARÁGRAFO ÚNICO EM § 1º, INSERINDO O § 2º DO ART. 147, SUPRIMINDO-SE O INCISO III E RENUMERANDO OS DEMAIS, DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Art. 1º - O Art. 135 da lei Orgânica de Itajaí, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 135º - O conselho Municipal de Meio Ambiente, órgão consultivo de assessoramento superior, composto paritariamente, por representantes dos órgãos governamentais, órgãos não governamentais, órgãos ambientais e segmentos da sociedade civil, que entre outras atribuições e competências definidas em lei complementar, “ deverá estudar, propor, colaborar, promover e participar da política ambiental do município.

Art. 2º - O Art. 137 da lei Orgânica de Itajaí, passará a vigorar com a seguinte redação, com respectivo parágrafo único:

“Art. 137º - as receitas provenientes da aplicação de licenciamentos, vistorias técnicas, fiscalização, registros e controles, serão usadas especificamente, em projetos de conservação e fiscalização ambiental, creditadas em conta vinculada da Fundação Municipal do Meio Ambiente.

Parágrafo único: O poder Municipal criará o fundo Municipal de Meio Ambiente, que será o gestor das receitas provenientes de multas e infrações ambientais”

Art. 1º - O Art. 146 da Lei Orgânica de Itajaí, passará a vigorar com a seguinte redação, com o respectivo parágrafo único:

“Art. 146º - O poder Público Municipal criará, na forma da Lei, o Serviço de Fiscalização Ambiental do Município de Itajaí, que atuará de forma integrada com os órgãos públicos federais e estaduais.

Parágrafo Único – O serviço de Fiscalização Ambiental do Município de Itajaí integrará a estrutura organizacional da fundação Municipal do Meio Ambiente, que será criada e regulamentada por Lei Complementar

Art. 4º - Suprima-se do Art. 147, da lei Orgânica Municipal de Itajaí o inciso III, renumerando-se os demais e insira-se o Parágrafo 2º, transformando-se em parágrafo único em 1º parágrafo conforme segue:

“Art. 147º - ...

I - ...;

II - ...;

III – as encostas com declive:

IV – as áreas naturais... .

§ 1º - ...:

2º - A área do Saco da Fazenda é de proteção Ambiental Especial, podendo nela serem executados serviços públicos voltados à sua recuperação ecológica, mediante licença dos órgãos competentes.”

Art. 3º - Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogando disposição em contrário.

CÂMARA DE MUNICIPAL DE ITAJAÍ, EM 28 DE SETEMBRO DE 1999.

Ver. RENATO RIBAS PEREIRA
Presidente

Emenda à LOM n. 11/1999

**ALTERA O ART. 10º DO ATO DAS DISPOSIÇÕES
TRANSITÓRIAS**

A Mesa da Câmara Municipal de Itajaí, nos termos do artigo 28 §§ 1º e 2º da Lei Orgânica do Município de Itajaí, promulga a seguinte: Emenda à lei Orgânica do Município de Itajaí:

Art 1º - O Art. 10 do Ato das Disposições Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art 10º Ficam expressamente revogadas todas as isenções de tributos municipais anteriormente concedidos, excerto para aqueles que possuam uma renda familiar até dois salários mínimos e que possuam tão somente um veículo auto motor, no mínimo com dez anos de fabricação

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ, EM 03 DE DEZEMBRO DE 1999.

Ver. RENATO RIBAS PEREIRA
Presidente

Emenda à LOM n. 12/1999

**REVOGA A EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº
011/99, DE 03 DE DEZEMBRO DE 1999 E
RESTABELECE A REDAÇÃO ORIGINAL DO ARTIGO
10º DO ATO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.**

A Mesa da Câmara Municipal de Itajaí, faz saber que a Câmara de Vereadores de Itajaí aprovou e ela, nos termos do artigo 28 §§ 1º e 2º da Lei Orgânica do Município de Itajaí, promulga a seguinte:
Emenda à lei Orgânica do Município de Itajaí:

Art 1º - Fica REVOGADA a Emenda à lei Orgânica Municipal nº 11/99, de 02 de dezembro de 1999, que alterou o Art. 10º do Ato das Disposições Transitórias.

Art. 2º - Fica restabelecido o texto original do Art. 10º do Ato das Disposições Transitórias da lei Orgânica Municipal, Promulgada em 04 de Abril de 1990.

Art. 3º Está Emenda à Lei Orgânica entrará em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ, EM 27 DE DEZEMBRO DE 1999.

Ver. RENATO RIBAS PEREIRA
Presidente

Ver. ROGÉRIO NASSIF RIBAS
Vice-Presidente

Ver. MÁRCIO ANTÔNIO SILVEIRA
1º Secretário

Ver. PEDRO JOÃO DE SOUZA FILHO
2º Secretário

Emenda à LOM n. 13/2000

**CRIA INCISO V, AO §2º DO ART. 188, DA LEI
ORGÂNICA MUNICIPAL.**

A Mesa da Câmara Municipal de Itajaí, nos termos do artigo 28 §§ 1º e 2º da Lei Orgânica do Município de Itajaí, promulga a seguinte: Emenda à lei Orgânica do Município de Itajaí:

Art. 1º - O § 2º do Art. 188 da Lei Orgânica Municipal de Itajaí, passará a constar com o seguinte inciso “V”.

Art. 188 - ...

V – incluir no currículo escolar da rede municipal de ensino, matérias inerentes à “Educação Ambiental” e “Educação no Trânsito”.

Art. 3º Está Emenda à Lei Orgânica entrará em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ, EM 28 DE MARÇO DE 2000

Ver. RENATO RIBAS PEREIRA
Presidente

Ver. ROGÉRIO NASSIF RIBAS
Vice-Presidente

Ver. MÁRCIO ANTÔNIO SILVEIRA
1º Secretário

Ver. PEDRO JOÃO DE SOUZA FILHO
2º Secretário

Emenda à LOM n. 14/2000

**ALTERA O ART. 10 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES
TRANSITÓRIAS**

A Mesa da Câmara Municipal de Itajaí, nos termos do artigo 28 §§ 1º e 2º da Lei Orgânica do Município de Itajaí, promulga a seguinte: Emenda à lei Orgânica do Município de Itajaí:

Art. 1º - O Art. 10º do Ato das Disposições Transitórias, passa a Ter a seguinte redação

Art. 10º - Ficam expressamente revogadas todas as isenções de tributos municipais concedidos anteriormente à promulgação da Lei Orgânica de Itajaí, excerto para aqueles que possuam, renda familiar de até dois salários mínimos e que possuam tão somente um veículo automotor, modelo e fabricação até o ano 1992, bem como para ex-combatentes de acordo cõa a Lei nº 877, de 24de julho de 1968, e as concedidas pelas leis nº 2.210, de 03 de dezembro de 1985, nº 2.349, de 18 de fevereiro de 1988, nº 2.388, de 06 de julho de 1988, e nº 2.432, de 20 de dezembro de 1988

Art. 2º Está Emenda à Lei Orgânica entrará em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ, EM 25 DE ABRIL DE 2000

Ver. RENATO RIBAS PEREIRA
Presidente

Ver. ROGÉRIO NASSIF RIBAS
Vice-Presidente

Ver. MÁRCIO ANTÔNIO SILVEIRA
1º Secretário

Ver. PEDRO JOÃO DE SOUZA FILHO
2º Secretário

Emenda à LOM n. 15/2003

**REVOGA O PARÁGRAFO 3º DO ARTIGO 15, DA LEI
ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ.**

A mesa da Câmara Municipal de Itajaí, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela, nos termos do artigo 28 §§ 1º e 2º da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município de Itajaí.

Art. 1º - O Parágrafo 3º do artigo 15, da Lei Orgânica do Município de Itajaí, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 15º - ...

§ 3º - O número de vereadores será proporcional ao de habitantes, obedecidos os seguintes limites:

até dez mil habitantes, nove vereadores;

de dez mil e um a vinte mil habitantes, onze vereadores;

de vinte mil e um a quarenta mil habitantes, treze vereadores;

de quarenta mil e um a sessenta mil habitantes, quinze vereadores;

de sessenta mil e um a oitenta mil habitantes, dezessete vereadores;

de oitenta mil e um a cem mil habitantes, dezenove vereadores;

de cem mil e um a um milhão de habitantes, vinte e um vereadores;

Art. 3º - Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação, e revoga as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, 30 DE SETEMBRO DE 2003

Ver. MARIA JUÇARA PAMPLONA

Presidente

Ver. ELIANE NEVES REBELLO ADRIANO
Vice-Presidente

Ver. DAVI JOSÉ TEIXEIRA
1º Secretário

Ver. CARLOS CÉSAR DOS SANTOS
2º Secretário

Emenda à LOM n. 16/2004

**DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO 3º, DO ARTIGO
15, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ.**

Art. 1º. O parágrafo 3º, do artigo 15, da Lei Orgânica do Município de Itajaí passa a ter a seguinte redação:

“§3º. O número de vereadores é de doze.”.

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, 11 de agosto de 2004.

Ver.^a MARIA JUÇARA PAMPLONA
Presidenta

Emenda à LOM n. 17/2004

**ALTERA O PARÁGRAFO 2º E ACRESCENTA O
PARÁGRAFO 3º AO ARTIGO 177 DA LEI ORGÂNICA
DO MUNICÍPIO.**

Art. 177 - ...

§ 1º - ...

§ 2º - O transporte coletivo será gratuito aos portadores de deficiência e a pessoa acompanhante, a forma da lei.

§ 3º - A pessoa acompanhante somente poderá fazer uso do transporte gratuito desde que esteja acompanhada (o) à pessoa portadora de deficiência.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, 11 de agosto de 2004.

Ver.^a MARIA JUÇARA PAMPLONA
Presidenta

Emenda à LOM n. 18/2004

**DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO 3º, DO ARTIGO
15, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ.**

A Mesa da Câmara de Vereadores de Itajaí, nos termos do Artigo 28, §§ 1º e 2º da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município de Itajaí:

Art. 1º. O parágrafo 3º, do Artigo 15, da Lei Orgânica do Município de Itajaí passa a ter a seguinte redação:

“§3º. O número de vereadores é de VINTE E UM.”

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, 28 de dezembro de 2004.

MARIA JUÇARA PAMPLONA
Presidenta

Emenda à LOM n. 19/2005

**ALTERA O DISPOSTO NO § 1º DO ARTIGO 22 DA LEI
ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**

A Mesa da Câmara de Vereadores de Itajaí, nos termos do Artigo 28, §§ 1º e 2º da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município de Itajaí:

Art. 1º - O § 1º do artigo 22 da Lei Orgânica do Município de Itajaí passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22 – (...)

§ 1º- O suplente deverá ser convocado nos casos de vaga, de investidura nos cargos ou funções previstas neste artigo, ou de licença superior a 30 (trinta) dias”.

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, 01 de abril de 2005.

JOÃO EDUARDO VEQUI

Presidente

CLAYTON LUIZ BATSCHAUER

1º Secretário

PAULO MANOEL VICENTE

Vice-Presidente

MAURÍLIO MORAES

2º Secretário

Emenda à LOM n. 20/2005

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 95 E INTRODUZ O § 3º.

A Mesa da Câmara de Vereadores de Itajaí, nos termos do art. 28, §§ 1º e 2º da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município de Itajaí.

Art. 1º - O art. 95 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 95 - O Prefeito Municipal enviará a Câmara o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, precedidas de audiências públicas.”

Art. 2º - Fica acrescentado o § 3º ao art. 95 da Lei Orgânica Municipal com a seguinte redação:

“§ 3º O exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual serão dispostos em lei complementar.”

Art. 3º - Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, 27 de abril de 2005.

Vereador JOÃO EDUARDO VEQUI

Presidente

Vereador CLAYTON LUIZ BATSCHAUER

1º Secretário

Vereador PAULO MANOEL VICENTE

Vice-Presidente

Vereador MAURÍLIO MORAES

2º Secretário

Emenda à LOM n. 21/2005

DÁ NOVA REDAÇÃO AO *CAPUT* DO ARTIGO 23 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ

Art. 1º - O *caput* do artigo 23 da Lei Orgânica do Município de Itajaí passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 23 - A Câmara Municipal reunir-se-á, ordinariamente, em sessão legislativa anual, de 1º de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.”

Art. 2º - Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, em 10 de Agosto de 2005.

JOÃO EDUARDO VEQUI
Presidente

Emenda à LOM n. 22/2005

**DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 31 DA LEI
ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**

Art. 1º - O artigo 31 da Lei Orgânica do Município de Itajaí passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 31 – O Prefeito poderá solicitar, a qualquer tempo, urgência e votação em um só turno para apreciação dos projetos de sua iniciativa.

§ 1º Indicado e justificado o pedido de urgência na mensagem enviada à Câmara de Vereadores, se esta não se manifestar sobre a proposição em até dez dias, será ela incluída na ordem do dia da primeira sessão subsequente, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.

§ 2º Este prazo não corre nos períodos de recesso da Câmara de Vereadores de Itajaí.

Art. 2º - Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, em 15 de Novembro de 2005.

JOÃO EDUARDO VEQUI
Presidente

Emenda à LOM n. 23/2005

A Mesa da Câmara de Vereadores de Itajaí, nos termos do Art. 28, §§ 1º e 2º da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município de Itajaí.

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 192.

Art. 1º - O artigo 192 da Lei Orgânica do Município de Itajaí passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 192 – O Município de Itajaí destinará, de 2% (dois por cento) até 4% (quatro por cento) da Receita Anual Orçada de Impostos do Município, à Fundação Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI e ao IFES – Instituto Cenecista Fayal de Ensino Superior, a ser revertido integralmente em bolsas de Estudos a universitários carentes itajaienses, bem como aos estudantes carentes, domiciliados no município de Itajaí, regularmente matriculados em Universidades Catarinenses até 60 Km (sessenta quilômetros) de Itajaí, em cursos não oferecidos pela UNIVALI (Campus de Itajaí e Balneário Camboriu) e IFES.”

Art. 2º - Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itajaí, 22 de dezembro de 2005.

JOÃO EDUARDO VEQUI

Presidente

PAULO MANOEL VICENTE

Vice - Presidente

CLAYTON LUIZ BATSCHAUER

1º Secretário

MAURÍLIO MORAES

2º Secretário

Emenda à LOM n. 24/2006

**Modifica o artigo 23 da Lei Orgânica do
Município de Itajaí.**

Art. 1º - O artigo 23 da Lei Orgânica do Município de Itajaí passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 23 – A Câmara Municipal reunir-se-á, ordinariamente, em sessão legislativa anual, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto à 22 de dezembro.”

.....

§ 5º - Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara somente deliberará sobre a matéria para a qual for convocada, vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.

.....

Art. 2º - Fica revogado o art 1º da Emenda a Lei Orgânica Municipal nº 21/2005.

Art 3º - Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itajaí, em 21 de Março de 2006.

Ver. JOÃO EDUARDO VEQUI
Presidente

Ver. PAULO MANOEL VICENTE
Vice Presidente

Ver. CLAYTON LUIZ BATSCHAUER
1º Secretário

Ver. MAURÍLIO MORAES
2º Secretário

Emenda à LOM n. 25/2006

Modifica o parágrafo único do art. 84 da Lei Orgânica do Município.

Art. 1º O parágrafo único do art. 84 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 84

...

Parágrafo único. Os membros do Conselho de Contribuintes serão remunerados, sendo seus mandatos de um ano, na forma da Lei.”

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, em 30 de Agosto de 2006.

JOÃO EDUARDO VEQUI
Presidente

Emenda à LOM n. 26/2006

**DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 135 E 137 E
REVOGA OS §§ 1º E 2º DO ART. 135 E PARÁGRAFO
ÚNICO DO ART. 137**

Art. 1º O art. 135 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.135 O Conselho Municipal de Meio Ambiente, órgão consultivo e deliberativo de assessoramento superior, composto paritariamente, por representante dos órgãos governamentais, órgãos não governamentais, órgãos ambientais e segmentos da sociedade civil, que entre outras atribuições e competências definidas em lei complementar, deverá estudar, propor, colaborar, promover e participar da política ambiental do município.”

Art. 2º O art. 137 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 137 As receitas provenientes de licenciamentos, vistorias técnicas, fiscalização, registros, controles, multas e infrações ambientais serão usadas especificamente, em projetos de conservação e proteção ambiental, creditadas em conta vinculada da Fundação Municipal do Meio Ambiente ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, administrado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Municipal do Meio Ambiente.”

Art. 3º Ficam revogados os §§ 1º e 2º do art. 135 e o parágrafo único do art. 137.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, em 22 de Setembro de 2006.

JOÃO EDUARDO VEQUI
Presidente

Emenda à LOM n. 27/2007

DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO X DO ART. 18

Art. 1º O inciso X do art. 18 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18...

X – autorizar a realização de empréstimo ou de crédito interno e externo de qualquer natureza, de interesse do município.”

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, em 23 de Março de 2007.

**VER. PAULO MANOEL VICENTE
PRESIDENTE**

Emenda à LOM n. 28/2007

**MODIFICA O ARTIGO 135 DA LEI ORGÂNICA DO
MUNICÍPIO DE ITAJAÍ.**

Art. 1º - O Art. 135 da Lei Orgânica do Município de Itajaí, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 135 – “O Conselho Municipal de Meio Ambiente, órgão consultivo, deliberativo e normativo de assessoramento superior, composto paritariamente, por representantes dos órgãos governamentais, órgãos não governamentais, órgãos ambientais e segmentos da sociedade civil, que entre outras atribuições e competências definidas em lei, deverá estudar, propor, colaborar, promover e participar da política ambiental do município”.

Art. 2º - Esta Emenda a Lei Orgânica Municipal entra em vigor na data da sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, EM 05 DE JULHO DE 2007.

**PAULO MANOEL VICENTE
PRESIDENTE**

Emenda à LOM n. 29/2007

**Acrescenta o inciso XXVI ao art. 18 da Lei Orgânica
do Município de Itajaí**

Art. 1º - Fica acrescentado o inciso XXVI ao artigo 18 da Lei Orgânica do Município de Itajaí, com a seguinte redação:

Art. 18

[...]

XXVI - fixar o regime de diárias, à vista dos comprovantes de despesas realizadas ou pela apresentação do roteiro de viagem, dos vereadores e servidores da Câmara de Vereadores de Itajaí.

Art. 2º - Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, EM 05 DE JULHO DE 2007.

VER. PAULO MANOEL VICENTE
PRESIDENTE
VER. CLAYTON LUIZ BATSCHAUER
1º SECRETÁRIO

VER. HERVAL A. ESMERALDINO
VICE-PRESIDENTE
VER. LAUDELINO LAMIM
2º SECRETÁRIO

Emenda à LOM n. 30/2007

Inclui os artigos 10-A, 10-B e 10-C na Lei Orgânica do Município de Itajaí, para disciplinar o preenchimento de cargos, empregos e funções no âmbito do Poder Legislativo e dos órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

Art. 1º Fica incluído o art. 10-A na Lei Orgânica do Município de Itajaí com a seguinte redação:

“Art.10-A. É vedada no âmbito do Poder Executivo, abrangendo os órgãos da Administração Direta e Indireta:

I - a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, de cônjuge, companheiro ou parente, consangüíneos (em linha reta ou colateral, até o terceiro grau) ou por afinidade (em linha reta até o terceiro grau, ou em linha colateral até o segundo grau), do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Chefes de Gabinete, Superintendentes, Procuradores, Coordenadores Técnicos, Coordenadores Regionais de Atendimento ao Cidadão e Diretores, todos do Poder Executivo Municipal;

II - a nomeação ou designação para cargos de provimento em comissão ou função gratificada, de cônjuge, companheiro ou parente, consangüíneos (em linha reta ou colateral, até o terceiro grau) ou por afinidade (em linha reta até o terceiro grau, ou em linha colateral até o segundo grau), do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Chefes de Gabinete, Superintendentes, Procuradores, Coordenadores Técnicos, Coordenadores Regionais de Atendimento ao Cidadão e Diretores, todos do Poder Executivo Municipal.

§ 1º Ficam excepcionadas, na hipótese do inciso I do *caput*, as contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público desde que precedidas de regular processo seletivo, em cumprimento de preceito legal.

§ 2º Ficam excepcionadas, na hipótese do inciso II do *caput*, as nomeações ou designações de servidores ocupantes de cargo ou emprego público efetivos do Poder Executivo Municipal, admitidos por concurso público ou regular processo seletivo, observada a compatibilidade do grau de escolaridade do cargo de origem, ou a compatibilidade da atividade que lhe seja afeta e a complexidade inerente ao cargo em comissão a ser exercido, além da qualificação profissional do

servidor, vedada, em qualquer caso, a subordinação direta com a pessoa determinante da incompatibilidade.”

Art. 2º. Fica incluído o art. 10-B na Lei Orgânica do Município de Itajaí com a seguinte redação:

“Art.10-B. É vedada no âmbito do Poder Legislativo:

I - a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, de cônjuge, companheiro ou parente, consangüíneos (em linha reta ou colateral, até o terceiro grau) ou por afinidade (em linha reta até o terceiro grau, ou em linha colateral até o segundo grau), dos Vereadores, Secretários, Procurador, Chefe de Gabinete e Diretores, todos do Poder Legislativo Municipal;

II - a nomeação ou designação para cargos de provimento em comissão ou função gratificada, de cônjuge, companheiro ou parente, consangüíneos (em linha reta ou colateral, até o terceiro grau) ou por afinidade (em linha reta até o terceiro grau, ou em linha colateral até o segundo grau), dos Vereadores, Secretários, Procurador, Chefe de Gabinete e Diretores, todos do Poder Legislativo Municipal.

§ 1º Ficam excepcionadas, na hipótese do inciso I do *caput*, as contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público desde que precedidas de regular processo seletivo, em cumprimento de preceito legal.

§ 2º Ficam excepcionadas, na hipótese do inciso II do *caput*, as nomeações ou designações de servidores ocupantes de cargo ou emprego público efetivos do Poder Legislativo Municipal, admitidos por concurso público ou regular processo seletivo, observada a compatibilidade do grau de escolaridade do cargo de origem, ou a compatibilidade da atividade que lhe seja afeta e a complexidade inerente ao cargo em comissão a ser exercido, além da qualificação profissional do servidor, vedada, em qualquer caso, a subordinação direta com a pessoa determinante da incompatibilidade.”

Art. 3º Fica incluído o art. 10-C na Lei Orgânica do Município de Itajaí com a seguinte redação:

“Art. 10-C. No âmbito de cada Poder deverá ser observado, quanto ao preenchimento dos cargos, empregos e funções:

§ 1º O nomeado, designado ou contratado, antes da posse ou admissão, declarará por escrito não ter relação familiar ou de parentesco que importe prática vedada pela Lei Orgânica do Município de Itajaí.

§ 2º A não observância do disposto nos artigos 10-A e 10-B implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da Lei.”

Art. 4º Deverão ser efetuadas, até a data da entrada em vigor desta Emenda à Lei Orgânica, no âmbito do respectivo Poder, as exonerações, rescisões ou revogações das portarias, conforme o caso, dos ocupantes dos cargos ou funções que se enquadrem na vedação expressa nesta Emenda.

Parágrafo único. Os atos de exoneração produzirão efeitos a contar de suas respectivas publicações.

Art. 5º Esta Emenda entra em vigor em 1º de janeiro de 2008.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, em 1º de janeiro de 2008.

PAULO MANOEL VICENTE
Presidente

Emenda à LOM n. 31/2007

Dá nova redação à alínea “C” do inciso XVI do art. 10, acrescentando-se ao artigo, o inciso XXII, modifica o art. 12, e altera a redação do caput do art. 77 e § 1º.

Art. 1º - A alínea “c” do inciso XVI de art. 10, da Lei Orgânica do Município de Itajaí, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 –

...

XVI - ...

a)

b)

c) a de dois cargos ou empregos privados de profissionais da área de saúde, com profissão regulamentada;

...”

Art. 2º - Ao art. 10 fica acrescentado o inciso XXII, com a seguinte redação:

...

XXII – é assegurado ao servidor público titular de cargo efetivo, de forma compulsória à sua investidura no cargo, sua vinculação ao regime próprio de previdência social do município, o qual será instituído e disciplinado em lei complementar.

Art. 3º - O art. 12 da Lei Orgânica do Município de Itajaí, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12 – O Servidor público titular de cargo efetivo, admitido na administração municipal a partir de 31 de dezembro de 2003, será aposentado conforme as regras abaixo:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos integrais, quando decorrentes de acidentes em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos, calculados na forma do § 5º;

II – compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma do § 5º;

III – voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

- a) aos sessenta anos de idade e trinta e cinco anos de contribuição, se homem, com proventos integrais, calculados na forma do § 5º;
- b) aos cinquenta e cinco anos de idade e trinta anos de contribuição, se mulher, com proventos integrais, calculados na forma do § 5º;
- c) aos cinquenta e cinco anos de idade e trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e cinquenta anos de idade e vinte e cinco de contribuição, se professora, com proventos integrais, calculados na forma do § 5º;
- d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma do § 5º.

§ 1º - A lei municipal poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, “a” e “c” no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas, assim definidas na legislação federal.

§ 2º - A lei municipal disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários, observado o disposto no parágrafo anterior.

...

§ 5º - Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, devidamente atualizadas na forma prevista no parágrafo seguinte, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondente a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 6º - Os proventos de aposentadoria e as pensões serão reajustados, para preservá-lhes, em caráter permanente, o valor real, na mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, de acordo com o índice estabelecido em lei complementar.

§ 7º - Os benefícios da pensão por morte será igual ao valor da totalidade dos proventos percebidos pelo servidor na data anterior à do óbito ou, ao valor da totalidade da remuneração de

contribuição percebida pelo servidor no cargo efetivo na data anterior à do óbito, caso em atividade; em ambos os casos até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, acrescido de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite.

§ 8º - Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não excederão a remuneração ou o subsídio do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, e nem serão inferiores ao valor do salário mínimo.

§ 9º - As regras de concessões de aposentadoria e demais benefícios previdenciários dos servidores públicos constam da lei que ordena o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Itajaí.”

Art. 4º - O caput do art. 77 e o § 1º, da Lei Orgânica do Município de Itajaí passam a vigorar com a seguinte redação.

Art. 77 – A contribuição previdenciária e de assistência social poderá ser instituída para ser cobrada dos servidores municipais para custeio, em benefício destes, de sistema de previdência e de assistência social que criar e administrar.

§ 1º - Os recursos provenientes da contribuição previdenciária e de assistência social constituirão o Fundo de Previdência e Assistência Social, respectivamente, que será regido na forma da lei”.

Art. 5º - Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, em 13 de Dezembro de 2007.

Ver. Paulo Manoel Vicente
Presidente

Ver. Herval Ângelo Esmeraldino
Vice-Presidente

Ver. Clayton Luiz Batschauer
1º Secretário

Ver. Laudelino Lamim
2º Secretário

Emenda à LOM n. 32/2008

Dá nova redação ao Art. 81.

Art. 1º - O artigo 81 da Lei Orgânica do Município de Itajaí passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 81 – A Lei disporá sobre a criação do Conselho Municipal de Contribuintes, como órgão consultivo e deliberativo, composto por representantes da administração municipal, classe econômicas, Câmara de Vereadores através do seu quadro de servidores e entidade da sociedade civil organizada, sendo constituído por quatro a sete membros titulares com seus respectivos suplentes.

Art. 2º - Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, em 20 de Agosto de 2008.

PAULO MANOEL VICENTE
Presidente

Emenda à LOM n. 33/2008

Dá nova redação ao "caput" do artigo 24, da Lei Orgânica do Município de Itajaí.

Art. 1º - O caput do artigo 24 , da Lei Orgânica Municipal passa a ter a seguinte redação:

Art. 24 - A mesa diretora da Câmara de Vereadores de Itajaí será composta de um Presidente, de um Vice-Presidente e um 1º e 2º Secretários eleitos para o mandato de 02 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na mesma legislatura.

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, em 03 de Dezembro de 2008.

PAULO MANOEL VICENTE
Presidente

Emenda à LOM n. 34/2008

Dá nova redação ao parágrafo 4º do artigo 24, da Lei Orgânica do Município de Itajaí.

Art. 1º - O Parágrafo 4º, do artigo 24, da Lei Orgânica do Município de Itajaí passa a ter a seguinte redação:

§ 4º - A eleição para a renovação da mesa realizar-se-á sempre na última reunião ordinária do mês de dezembro, ficando os eleitos automaticamente empossados a contar de 1º de janeiro do terceiro ano do mandato legislativo.

Art. 2º - Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, em 03 de Dezembro de 2008.

PAULO MANOEL VICENTE
Presidente

Emenda à LOM n. 35/2009

**Acrescenta inciso XLV ao art. 47 da Lei Orgânica do
Município de Itajaí**

Art. 1º É acrescentado ao art. 47 da Lei Orgânica do Município de Itajaí o seguinte inciso:

"Art.

47
.....

XLVI - Promover, obrigatoriamente a transição administrativa 60 dias anterior ao final do mandato, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, em 06 de Maio de 2009.

**LUIZ CARLOS PISSETTI
Presidente**

Emenda à LOM n. 36/2009

Modifica o §3º do Art. 15 da Lei Orgânica Municipal

Art. 1º - Modifica o §3º, art. 15 da Lei Orgânica do Município que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 3º - O número de vereadores é doze.

Art. 2º - Esta Emenda a Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, em 20 de Maio de 2009.

LUIZ CARLOS PISSETTI
Presidente

Emenda à Lei Orgânica do Município n. 37/2009

Altera e revoga dispositivos da Lei Orgânica do Município de Itajaí.

A Mesa da Câmara de Vereadores de Itajaí, nos termos do Artigo 28, § 2º da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município de Itajaí:

Art. 1º A Seção VI, do Capítulo I, do Título II e os arts. 78, 80, 81, caput e parágrafo único e art. 84 da Lei Orgânica do Município de Itajaí, passam a vigorar com as seguintes alterações:

**“SEÇÃO VI
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO**

Art. 78 O sujeito passivo poderá impugnar através de processo administrativo tributário, o lançamento de qualquer tributo municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação do lançamento, com efeito suspensivo, que será analisado em Primeira Instância, na forma da Lei.

Art. 80 Da decisão de Primeira Instância será cientificado o sujeito passivo, pessoalmente ou por Aviso de Recebimento (A.R.) no endereço mencionado no processo administrativo tributário, assinalando-lhe o prazo de quinze dias para, querendo, interpor recurso junto ao Conselho Municipal de Contribuintes, Segunda Instância Recursal, na forma da Lei.

Art. 81 A lei disporá sobre a criação e organização do Conselho de Contribuintes do Município, como órgão consultivo, deliberativo e normativo, composto por representantes da administração municipal, através do seu quadro de servidores, classes econômicas, e entidade da sociedade civil organizada, sendo constituído por dez membros titulares com seus respectivos suplentes.

Parágrafo único. Os membros do Conselho de Contribuintes do Município serão remunerados, sendo seus mandatos de um ano, permitida uma recondução, na forma da lei.

Art. 84 As decisões do Conselho Municipal de Contribuintes terão eficácia normativa, devendo ser considerados como a posição final do Município na instância administrativa.”

Art. 2º Ficam revogados o artigo 79, Parágrafo único do artigo 80, artigos 82 e 83 e o Parágrafo único do artigo 84 da Lei Orgânica do Município de Itajaí.

Art. 3º Esta emenda entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Itajaí, em 15 de Julho de 2009.

Ver. Luiz Carlos Pissetti
Presidente

Ver. Laudelino Lamim
Vice-Presidente

Ver.^a Suzete Inês Bellini de Andrade
1º Secretário

Ver. Maurílio Moraes
2º Secretário

Emenda à Lei Orgânica do Município n. 38/2009

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 13 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Itajaí, no uso de suas atribuições legais, promulga a seguinte Emenda a Lei Orgânica do Município:

Art. 1º - O do art. 13 e seus parágrafos da Lei Orgânica Municipal, com o acréscimo do parágrafo 4º, passam a ter a seguinte redação:

“Artº 13 – São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 1º - O servidor público estável só perderá o cargo:

I – em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II – mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III – mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, assegurada ampla defesa.

§ 2º - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 4º - Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade, devendo essa avaliação ser verificada, pelo menos, de seis em seis meses, durante o prazo mencionado no caput deste artigo”.

Artº 2º - No prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da publicação desta Emenda, o Poder Executivo Municipal deverá encaminhar à Câmara de Vereadores, projeto de lei para adaptar a legislação ordinária municipal às disposições desta Emenda e do Artº 41 e seus Parágrafos da Constituição Federal.

Artº 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Emenda passa a vigor a partir da data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itajaí, em 30 de Setembro de 2009.

Ver. Luiz Carlos Pissetti
Presidente

Ver. Laudelino Lamim
Vice-Presidente

Ver.^a Suzete Inês Bellini de Andrade
1ª Secretária

Ver. Maurílio Moraes
2º Secretário

Emenda a Lei Orgânica do Município N° 39/2009

Altera dispositivos da Lei Orgânica do Município de Itajaí.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Itajaí, no uso de suas atribuições legais, promulga a seguinte Emenda a Lei Orgânica do Município:

Art. 1º - O parágrafo único do art. 7º da Lei Orgânica do Município de Itajaí passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º.....

Parágrafo Único – O Município tem direito à participação no resultado de exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos

minerais do respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva pertencente a Itajaí, ou compensação financeira por esta exploração, nos termos do Art. 20, § 1º da Constituição Federal”

Art. 2º - O inciso VII do art. 8º da Lei Orgânica do Município de Itajaí passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º..

...

VII – manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;

.....”

Art. 3º - O inciso I e o parágrafo único do art. 9º passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º.....

I – zelar pela guarda da Constituição Federal, da Constituição Estadual e das leis destas esferas de governo, das instituições democráticas, desta Lei Orgânica e conservar o patrimônio público;

.....

Parágrafo Único – A cooperação do Município com a União e o Estado, tendo em vista o equilíbrio de desenvolvimento e do bem-estar na sua área territorial, será feita na conformidade de leis complementares federais fixadoras dessas normas.”

Art. 4º - O *caput* do art. 10 e os incisos I a VII passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Município, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I – Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros na forma da lei;

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III – o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável por igual período;

IV – durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas, ou de provas e títulos será convocado, com prioridade, sobre os novos concursados, para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

VI – é garantido ao servidor público o direito à livre associação sindical;

VII – o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei federal específica;
.....”

Art. 5º - O § 2º do art. 15 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15....

...

§ 2º - A eleição dos vereadores ocorrerá simultaneamente à do Prefeito e Vice-Prefeito e realizar-se-á no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder.

.....”

Art. 6º - O *caput* do artigo 23 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 23 – A Câmara Municipal reunir-se-á, ordinariamente, em sessão legislativa anual, de 01 de fevereiro a 18 de julho e de 1º de agosto a 20 de dezembro.

.....”

Art. 7º - O *caput* do art. 41 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 41 – A eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito, para mandato de quatro anos, realizar-se-á simultaneamente, no primeiro domingo de outubro.

.....”

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 9º - Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, em 25 de Novembro de 2009.

Ver. Luiz Carlos Pissetti

Presidente

Ver. Laudelino Lamim

Vice-Presidente

Ver.^a Suzete Inês Bellini de Andrade

1ª Secretária

Ver. Maurílio Moraes

2º Secretário

Emenda à Lei Orgânica do Município Nº 40/2009

Dá Nova Redação ao Art. 24 da Lei Orgânica Municipal.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Itajaí, no uso de suas atribuições legais, promulga a seguinte Emenda a Lei Orgânica do Município:

Art. 1º - O art. 24 da Lei Orgânica Municipal passa a ter a seguinte redação:

“ Art. 24 – A mesa diretora da Câmara de Vereadores de Itajaí será composta de um Presidente, de um Vice-Presidente; um 1º e um 2º Secretários eleitos para o mandato de 02 (dois) anos, sendo facultada a recondução para o mesmo cargo ou para cargos diferentes na eleição imediatamente subsequente, inclusive dentro da mesma legislatura”.

Art. 2º - Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, em 25 de Novembro de 2009.

Ver. Luiz Carlos Pissetti
Presidente

Ver. Laudelino Lamim
Vice-Presidente

Ver.^a Suzete Inês Bellini de Andrade
1ª Secretária

Ver. Maurílio Moraes
2º Secretário

Emenda à Lei Orgânica do Município Nº 41/2010

Dá nova redação ao o inciso 1º do art. 22 da Lei Orgânica.

Art. 1º - O inciso I, do Art. 22, da Lei Orgânica Municipal, passará a ter a seguinte redação:

Art. 22 -

I – Investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente, dirigente máximo de entidade da Administração Indireta do Município, abrangendo também Autarquias Municipais, Estaduais ou Federais, Fundação Pública de quaisquer dos níveis de governo e Secretário de Estado ou Ministro.

Art. 2º - Esta Emenda a LOM entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, em 31 de Março de 2010.

LUIZ CARLOS PISSETTI
Presidente

Emenda à Lei Orgânica do Município Nº 42/2010

**ALTERA O § 2º DO ART. 147 DA LEI ORGÂNICA DO
MUNICÍPIO DE ITAJAÍ.**

Art. 1º O § 2º do art. 147 da Lei Orgânica do Município de Itajaí passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 147 [...]

§ 2º - A área do Saco da Fazenda é de interesse ambiental, podendo nela serem executados serviços voltados à sua recuperação ecológica, bem como a exploração de seus recursos naturais de forma ambientalmente compatível e sustentável, mediante licença dos órgãos competentes.”

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, em 27 de Dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS PISSETTI
Presidente

Emenda à Lei Orgânica do Município Nº 43/2011.

Altera o §3º do Art.15º da Lei Orgânica do Município.

**A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Itajaí,
no uso de suas atribuições legais promulga a
seguinte emenda a Lei Orgânica do Município:**

Art.1º - O §3º do Art. 15º da Lei Orgânica do Município, passa a ter a seguinte redação.

Art 15º....

...

§3º - Fica fixado em 21 (vinte e um) o número de Vereadores.

Art. 2º - Esta emenda a Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito imediato para fins do cálculo do quantitativo de candidatos para a eleição municipal de 2012 e aplicação do quantitativo de cadeiras, a partir de 1º de janeiro de 2013.

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ EM, 09 DE AGOSTO DE 2011.

VER. NÍKOLAS REIS MORAES DOS SANTOS
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

VER.^a SUZETE INÊS BELLINI DE ANDRADE
1ª SECRETÁRIA

Emenda a Lei Orgânica do Município Nº 44/2011

“Altera os artigos 174, 176 e 177 caput e seus §§ 1º, 2º e 3º, bem como o artigo 178, todos da Lei Orgânica do Município de Itajaí”.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Itajaí, no uso de suas atribuições legais promulga a seguinte Emenda a Lei Orgânica do Município:

Art. 1º - Nos arts. 174, 176, 177 caput e §§ 2º e 3º, bem como, no art. 178 da Lei Orgânica do Município de Itajaí, substitui-se as expressões: "...à pessoa portadora de deficiência...", "Ao portador de deficiência..." e, "...aos portadores de deficiência..." , por: "...à pessoa com deficiência...", "À pessoa com deficiência..." e, "... às pessoas com deficiência...", respectivamente.

Art. 2º - No artigo 176 da LOM, onde se lê: "...à pessoa portadora de qualquer tipo de deficiência..", leia-se: "...à pessoa com qualquer tipo de deficiência...".

Art. 3º - No artigo 177, §1º da Lei Orgânica do Município de Itajaí onde se lê "... pessoa portadora de deficiência física.",leia-se "...pessoa com deficiência física e sensorial."

Art. 4º - Esta Emenda modificativa à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Itajaí, em 18 de Novembro de 2011.

Ver. Luiz Carlos Pissetti
Presidente

Ver. Nícolas Reis Moraes dos Santos
Vice-Presidente

Ver.^a Suzete Inês Bellini de Andrade
1ª Secretária

Ver. Elói Camilo da Costa
2º Secretário

Emenda a Lei Orgânica Municipal Nº 45 de 28 de março de 2012.

Altera os art. 198 e 199 da Lei Orgânica Municipal.

Os Vereadores da Câmara Municipal de Itajaí, no uso de suas atribuições legais, fazem saber que o plenário votou, aprovou

e neste ato é promulgada a seguinte emenda à Lei Orgânica do Município:

Art. 1º - Os Artigos 198 e 199, da Lei Orgânica Municipal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 198 – O transporte coletivo tem caráter essencial, sendo de responsabilidade do poder público municipal a quem cabe organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão, permissão ou autorização, cabendo-lhe o planejamento e as decisões para garantir a qualidade dos serviços e o bem estar da população.

§ 1º - Caberá à Câmara de Vereadores de Itajaí a decisão final sobre a correção, reajuste e revisão dos valores das tarifas a ser cobradas dos usuários do serviço, mediante lei que autorize os novos valores e a data a partir da qual os mesmos terão vigência.

§ 2º - A lei mencionada no artigo anterior será precedida de projeto encaminhado à Câmara pelo Poder Executivo, acompanhado da planilha de custos e justificativa pormenorizada, didática e de fácil compreensão para os usuários em geral do transporte coletivo da Cidade, e com documentos idôneos a justificar a pretensão esboçada, junto com parecer fundamentado e opinativo do Conselho Municipal de Transporte Coletivo.

Art. 199 – Quando o Município de Itajaí atingir duzentos e vinte mil habitantes o mesmo será dividido com equidade, em duas regiões que representem cada qual, aproximadamente, metade da população, para fins de prestação do serviço por concessões, por duas empresas diferentes, cada qual atuando em uma região do Município.

§ Primeiro – O Município e quando for o caso, cada região mencionada no caput, terá o seu Conselho Municipal de Transporte Coletivo, de caráter consultivo composto por 21 Membros, com mandato de três anos, de acordo com composição prevista em Lei.

§ Segundo – O Conselho, além do disposto no final do § 2º do Art. 198, decidirá sobre o percurso, linha, frequência, tempo de vida útil de veículos usados no serviço e bem assim sobre a adaptação dos mesmos para o uso dos portadores de deficiência, de acordo com parecer do Conselho Municipal de Assistência à Pessoa Portadora de Deficiência, só não prevalecendo a decisão do Conselho, nestas hipóteses, caso o Prefeito justificar decisão diversa.

§ Terceiro - Enquanto perdurar qualquer concessão de transporte coletivo urbano, o Município poderá, também mediante processo de licitação, outorgar autorização ou permissão para que

pequenos transportadores com vans ou pequenos ônibus ou equivalentes, possam atuar nas vias públicas e localidades de desinteresse da(s) concessionária(s) ou de difícil acesso para ônibus em linhas destinadas a qualquer dos pontos regulares de captação pelo sistema integrado de transporte coletivo da cidade.

§ Quarto – A autorização e/ou permissão prevista no artigo anterior não poderá ser feita a mais de uma pessoa ou empresa, nem se admitirá cumulação dessa autorização ou permissão com qualquer sócio de empresa autorizada e/ou permissionária ou qualquer sócio de qualquer empresa concessionária já existente, nem a qualquer parente destes até o segundo grau, devendo a autorização e/ou permissão ter por objeto o transporte a preço fixo não importando a distância entre o embarque e desembarque do passageiro no sistema integrado de transporte coletivo ou no final do trajeto desejado.

Art. 2º - Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

LUIZ CALOS PISSETTI
PRESIDENTE

Membros da Comissão Parlamentar Especial

Emenda a Lei Orgânica Municipal Nº 46 de 28 de março de 2012.

Altera o inciso I do art. 47 da Lei Orgânica Municipal.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Itajaí, no uso de suas atribuições legais faz saber que o Plenário votou, aprovou e neste ato é promulgada a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município:

Art. 1º - O inciso I do Art. 47 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

I - iniciar o processo legislativo, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica, adequando-se aos meios digitais implantados pelo Poder Legislativo, cuja autenticidade deverá ser garantida pela assinatura digital;

Art. 2º - A presente emenda entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CARLOS PISSETTI
PRESIDENTE

NÍKOLAS REIS MORAES DOS SANTOS
VICE-PRESIDENTE

SUZETE INÊS BELLINI DE ANDRADE
1ª SECRETÁRIA

ELÓI CAMILO DA COSTA
2º SECRETÁRIO

Emenda a LOM nº 47 de 23 de maio de 2012

REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Itajaí, no uso de suas atribuições legais faz saber que o Plenário votou, aprovou e neste ato é promulgada a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município.

Art. 1º - Fica revogado o inciso III do Art. 74, da Lei Orgânica Municipal e bem assim o § 3º e a menção a esse inciso nos §§ 5º e 6º do mesmo artigo.

Art. 2º - A presente emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Ver. Luiz Carlos Pissetti
Presidente

Ver. Nikolas Reis M. dos Santos
Vice-Presidente

Ver.^a Suzete I. Bellini de Andrade
1ª Secretária

Ver. Elói Camilo da Costa
2º Secretário

EMENDA A LOM N° 48 DE 27 DE SETEMBRO DE 2013.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Itajaí, no uso de suas atribuições legais faz saber que o Plenário votou, aprovou e neste ato é promulgada a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município, QUE:

**ACRESCENTA O § 4º AO ARTIGO 15 E DÁ NOVA
REDAÇÃO AOS ARTIGOS 18, XIX, 21, § 2º, E 32, § 4º, DA
LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, ABOLINDO O VOTO
SECRETO NAS DELIBERAÇÕES DA CÂMARA DE
VEREADORES DE ITAJAÍ.**

Art 1º Ao artigo 15 da Lei Orgânica do Município de Itajaí fica acrescentado o § 4º, com a seguinte redação:

“Art. 15. [...]

[...]

§ 4º É vedado o voto secreto nas deliberações da Câmara de Vereadores de Itajaí”.

Art. 2º O inciso XIX do artigo 18 da Lei Orgânica do Município de Itajaí passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. [...]

[...] XIX – conceder título de cidadão honorário ou conferir homenagem a pessoas que,

reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços ao Município e, nele, tenham se destacado pela atuação exemplar na vida pública e particular, mediante proposta e aprovação pelo voto público e aberto de dois terços dos membros da Câmara;”

Art. 3º O § 2º do artigo 21 da Lei Orgânica do Município de Itajaí passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21. [...]

[...] § 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara

Municipal, por voto público e aberto de dois terços, mediante a provocação da Mesa ou de partido político, representado na Casa, assegurada a ampla defesa.”

Art. 4º O § 4º do artigo 32 da Lei Orgânica do Município de Itajaí passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 32 [...]

[...] § 4º O veto será apreciado pela Câmara, dentro de trinta dias a contar de seu

recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, em escrutínio público e aberto.

Art. 5º A presente Emenda à Lei Orgânica do Município de Itajaí entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itajaí, 27 de Setembro de 2013.

**OSVALDO GERN
PRESIDENTE**

**DOUGLAS CRISTINO DA SILVA
VICE-PRESIDENTE**

**RAFAEL DEZIDEIRO
PRIMEIRO SECRETÁRIO**

**NEUSA MARIA VIEIRA GERALDI
SEGUNDA SECRETÁRIA**

EMENDA A LOM Nº 49 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2013.

**A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Itajaí, no
uso de suas atribuições legais faz saber que o Plenário**

**votou, aprovou e neste ato é promulgada a seguinte
Emenda à Lei Orgânica do Município, QUE:**

**ALTERA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 81 DA LEI
ORGÂNICA MUNICIPAL.**

Art. 1º - O § único do Artigo 81 da Lei Orgânica do Município de Itajaí, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 81 –

.....

"Parágrafo Único - Os membros do Conselho de Contribuintes do Município serão remunerados, sendo seus mandatos de um ano, permitida a recondução, na forma da lei."

Art. 2º - Esta Emenda a LOM, passa a vigorar na data de sua publicação.
Itajaí, 08 de Novembro de 2013.

**OSVALDO GERN
PRESIDENTE**

**DOUGLAS CRISTINO DA SILVA
VICE-PRESIDENTE**

**RAFAEL DEZIDEIRO
PRIMEIRO SECRETÁRIO**

**NEUSA MARIA VIEIRA GERALDI
SEGUNDA SECRETÁRIA**

EMENDA A LOM Nº 50 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Itajaí, no uso de suas atribuições legais faz saber que o Plenário votou, aprovou e neste ato é promulgada a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município, QUE:

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 192 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Art. 1º O Art. 192 da Lei Orgânica Municipal, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 192 – Pela participação em programas de ação social, assistencial, educacional, de saúde pública, cultural, esportivo, recreativo e de cooperação técnica do Município, atuando em atividades compatíveis com a natureza do curso de graduação e/ou com as suas habilidades pessoais, a municipalidade concederá auxílio a estudantes universitários, comprovadamente carentes, residentes e domiciliados em Itajaí, na forma, condições, e percentuais conforme dispuser a lei municipal e dentro dos recursos orçamentários alocados, repassando os valores, para esse auxílio, à entidade de ensino em que o aluno estiver matriculado”.

§ 1º – O valor nominal do auxílio correspondente a cada aluno beneficiado deverá corresponder ao desconto na mensalidade do estudante junto à instituição de ensino.

§ 2º - A instituição de ensino deverá localizar-se no Município de Itajaí ou até 60km de distância, desde que em Itajaí não seja oferecido o curso de graduação correspondente.

Art. 2º - Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itajaí, 05 de Fevereiro de 2014.

OSVALDO GERN
PRESIDENTE

DOUGLAS CRISTINO DA SILVA
VICE-PRESIDENTE

RAFAEL DEZIDEIRO
PRIMEIRO SECRETÁRIO

NEUSA MARIA VIEIRA GERALDI
SEGUNDA SECRETÁRIA

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

LETRA (A)

AÇÃO POPULAR – art. 201

ADOLESCENTE - arts. 171 e 172

AGRICULTURA – arts. 148 ao 158

APOSENTADORIA

Cálculo de proventos – art. 12, § 5º

Em cargos ou empregos temporários – art. 12, § 2º

Reajuste de proventos – art. 12, § 6º

Regras gerais – art. 12

Tempo de serviço – art. 12, § 3º

APROVEITAMENTO – art. 13, § 3º

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Alcoolismo/tóxicos – art. 170

Auxílios – art. 164

Comunidades carentes – arts 167 e 168

Deveres do Município – art. 160

Objetivos programas/projetos – art. 159

Políticas municipais – art. 163

Prioridade infância/adolescência/idosos – art. 161

ATOS ADMINISTRATIVOS – art. 47, VII

De competência do Prefeito – art. 57

AValiação Especial de Desempenho – art. 13, § 4º

LETRA (B)

BANDEIRA – art. 250

BENS MUNICIPAIS – art. 7º

Administração – art. 47, XXVI

Uso de – art. 47, VIII

LETRA (C)

CALAMIDADE PÚBLICA – art. 47, XXXVIII

CÂMARA DE VEREADORES

Autoriza processo contra Prefeito – art. 18, XXI

Competência exclusiva – art. 18

Convocação extraordinária pelo Prefeito – art. 47, XXI

Convocar Prefeito, Vice e Secretários – art. 18, XIV

Dar posse ao Prefeito e Vice – art. 18, IX; art. 42

Dotações - art. 47, XVII; art. 106

Fiscaliza o Poder Executivo – art. 18, XXII

Fixa subsídio – art. 18, XXIII

Julgar as contas do Prefeito – art. 18, VIII

Matérias que pode dispor – art. 17

Quórum para deliberações – art. 16

Tomada de contas do Prefeito – art. 18, XI

CARGO EM COMISSÃO – art. 10, V

CARGOS PÚBLICOS

Acumulação – art. 10, XVI e XVII

CEMITÉRIOS – art. 203

CERTIDÃO

Direito de – art. 63

CIDADÃO

Fiscalização – art. 58

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – art. 18, XVIII; art. 25, § 2º

COMISSÃO PERMANENTE E TEMPORÁRIA – art. 25, *caput*

Competência – art. 25, § 1º

Representação proporcional partidos/blocos – art. 26

COMISSÃO PERMANENTE DE FISCALIZAÇÃO – art. 37, § 2º, § 5º; art. 38; art. 39, §§ 1º ao 4º

CONCURSO PÚBLICO - art. 10, II, III E IV

CONSÓRCIO

Obras públicas – art. 68

Serviços Públicos – art. 68

CONTRATO

Do Poder Executivo – art. 57, III

Tempo determinado – art. 10, IX

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA – art. 76; art. 118, III

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA/ASSISTÊNCIA SOCIAL – art. 77; arts. 159 ao 170

CONTROLE EXTERNO

Auxílio Tribunal de Contas – art. 37, *caput*

Fiscalização – art. 36, *caput*

CONTROLE INTERNO – art. 39

Fiscalização – art. 36, *caput*

CONVÊNIO

Aprovar - art. 18, XII

Obras públicas – art. 68

Serviços Públicos – art. 68

CRIANÇA – arts. 171 e 172

CRIME DE RESPONSABILIDADE - art. 18, XIV e XV; art. 48; art. 105, § 1º

CULTURA – arts. 194 e 195

LETRA (D)

DECRETO

Do Prefeito – art. 57, I

DENOMINAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS – art. 202

DESAPROPRIAÇÃO – art. 47, VI; art. 118, VI

DESPESA – arts. 90 ao 93

DIÁRIAS – art. 18, XXVI; art. 47, XXXVII

DISPONIBILIDADE – art. 13, § 3º

DISTRITO

Criação/supressão/organização – art. 5º, § 2º; art. 17, XI

LETRA (E)

EDUCAÇÃO – arts. 185 ao 193

Comissão de avaliação de bolsas – art. 192, parágrafo único

Conselho Municipal da Educação – art. 190

Ensino superior – art. 191

Estatuto do magistério – art. 189

Garantias – art. 187

Percentual da receita aplicado – art. 193

Percentuais destinados à UNIVALI/IFES – art. 192, *caput*

Plano de carreira do magistério – art. 189

Princípios – art. 186

Sistema Municipal de Educação – art. 188

ELEIÇÃO

Data – art. 15, § 2º

Sistema proporcional – art. 15

EMENDA À LEI ORGÂNICA – art. 28

ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL

Audiência Pública – art. 60

Pedido de informação – art. 59

Uso da tribuna – art. 23, § 6º

ESPORTES – arts. 196 e 197

ESTABILIDADE – art. 13

Perda do cargo – art. 13, § 1º

ESTADO DE EMERGÊNCIA - art. 47, XXXVIII

LETRA (F)

FUNÇÕES DE CONFIANÇA – art. 10, V

LETRA (G)

GREVE – art. 10, VII

LETRA (H)

HABITAÇÃO

Desfavelamento – art. 127

Fundo Municipal de Habitação – art. 126

Moradias populares – art. 125

Regularização fundiária – art. 127

LETRA (I)

IDOSO – art. 173

IMPOSTOS – art. 74

Progressividade do IPTU – art. 118, I

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Sanções – art. 10, § 4º

INICIATIVA POPULAR – art. 17, X; art. 29, § 2º

LETRA (J)

JORNAL DO MUNICÍPIO - art. 54

LETRA (L)

LEIS COMPLEMENTARES

Iniciativa – art. 29, *caput*

Exclusiva do Prefeito – art. 29, § 1º

Promulgação – art. 32, § 7º

Quórum – art. 35

LEIS DELEGADAS – art. 34

LEIS ORÇAMENTÁRIAS (PPA/LDO/LOA) – art. 95; art. 97; art. 100; art. 2º ADT

Autorização legislativa – art. 105, III, V, VI, VIII; IX

Câmara aprecia – art. 97

Comissão de Finanças e Orçamento – art. 97, §§ 2º ao 4º; art. 98

Crime de responsabilidade – art. 105, § 1º

Dotações destinadas à Câmara – art. 106

Emendas – art. 96, parágrafo único; art. 97, § 1º

Lei de Diretrizes Orçamentárias – art. 94, II e § 1º

Lei Orçamentária Anual – art. 94, I e §§ 3º e 4º; art. 96; arts. 101 ao 103; art. 105, I

Matéria única – art. 97, § 3º

Orçamento uno – art. 104

Plano Plurianual – art. 94, III e § 2º

Prefeito envia à Câmara – art. 47, X; art. 95

Rejeitado – art. 102

Vedações – art. 105

LEIS ORDINÁRIAS

Iniciativa – art. 29, *caput*

Exclusiva do Prefeito – art. 29, § 1º

Promulgação – art. 32, § 7º

LICITAÇÃO

Documentação – art. 62

Obras públicas – art. 64, § 2º; art. 67

Obrigatoriedade – art. 10, XXI

Serviços públicos – art. 67

LIVROS – art. 56

LETRA (M)

MANDATO

Vereadores – art. 15, § 1º

MEDIDA PROVISÓRIA – art. 29, §§ 3º e 4º

MEIO AMBIENTE

Área de preservação permanente – art. 147

Área protegida por lei – art. 114, III

Condutas lesivas – art. 136

Conselho Municipal – art. 135

Deveres do Município – art. 131

Depósitos de substâncias tóxicas/inflamáveis – art. 143

Direito de todos – art. 129

Ecologicamente equilibrado – art. 117, § 2º, VI

Estudo de impacto ambiental – art. 114, IV

Exploração de recursos minerais – art. 132

Fundação Municipal – art. 146, parágrafo único

Patrimônio ambiental – art. 117, *caput*

Plano municipal – art. 130

Poluição sonora/visual – art. 140

Proibida caça/pesca predatória – art. 145

Qualidade do ar – art. 141

Reatores nucleares – art. 134

Receitas – art. 137

Recuperação de vegetação nativa – art. 133

Saco da Fazenda – art. 147, § 2º

Serviço de Fiscalização Municipal – art. 146

Serviços Públicos/Impacto ambiental – art. 138

Transporte/armazenagem produtos tóxicos – art. 144

Tratamento de esgotos – art. 142

MESA DIRETORA

Composição – art. 24, *caput*

Eleição para renovação – art. 24, § 4º

Mandato dos membros – art. 24, *caput*

Representação proporcional partidos/blocos – art. 26

MUNICÍPIO

Alteração territorial – art. 5º, § 3º

Associação/Convênio – art. 3º

Bens – art. 7º

Competência do – art. 8º

Competência comum – art. 9º

Objetivos – art. 1º

Participação nos resultados petróleo/gás natural – art. 7º, parágrafo único

Poderes do – art. 2º

Símbolos – art. 4º

Vedações – art. 6º

LETRA (N)

NEPOTISMO

No Poder Executivo – art. 10-A

No Poder Legislativo – art. 10-B

Regras gerais – art. 10-C

LETRA (O)

OBRAS PÚBLICAS – art. 64

Convênio/consórcio – art. 68

ORÇAMENTO – art. 94 e ss

Autorização legislativa – art. 105, III, V, VI, VIII; IX

Câmara aprecia – art. 97

Comissão de Finanças e Orçamento – art. 97, §§ 2º ao 4º; art. 98

Crime de responsabilidade – art. 105, § 1º

Dotações destinadas à Câmara – art. 106

Emendas – art. 96, parágrafo único; art. 97, § 1º

Lei de Diretrizes Orçamentárias – art. 94, II e § 1º

Lei Orçamentária Anual – art. 94, I e §§ 3º e 4º; art. 96; art. 101 ao 103; art. 105, I

Matéria única – art. 97, § 3º

Orçamento uno – art. 104

PPA/LDO/LOA – art. 95; art. 97; art. 100; art. 2º ADT

Plano Plurianual – art. 94, III e § 2º

Prefeito envia à Câmara – art. 47, X; art. 95

Rejeitado – art. 102

Vedações – art. 105

ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL – arts. 108 ao 112

Micro-empresas – art. 112

Domínio econômico – art. 109

Trabalho – art. 110

Trabalho rural – art. 111

ÓRGÃOS PÚBLICOS

Horário de funcionamento – art. 47, XLII

LETRA (P)

PARTICIPAÇÃO POPULAR – art. 17, X; art. 29, § 2º; art. 113, § 2º

PEDIDO DE INFORMAÇÕES – art. 18, XV; art. 47, XIV

PERÍODO LEGISLATIVO (ANUAL) – art. 23

PESCA – arts. 148 ao 158

PLANEJAMENTO MUNICIPAL – art. 113

Plano Diretor – arts. 144 e 115

Política urbana – arts. 116 ao 128

PLANO DIRETOR – art. 114

Quórum para aprovação – art. 115

PODER EXECUTIVO – art. 40 e ss

Atribuições do Prefeito – art. 47

Eleição – art. 41

Perda/extinção do mandato do Prefeito – arts. 49 e 50

Posse do Chefe – art. 42

Responsabilidade do Prefeito – art. 48

Secretários municipais – art. 40; arts. 51 e 52

POLÍTICA URBANA – arts. 116 ao 128

Assentamentos humanos – art. 120

Direito de construir – art. 119

Direito de propriedade – art. 117, § 1º

Diretrizes/normas de desenvolvimento urbano – art. 121

Função social da propriedade – art. 117, § 1º; art. 118, *caput*

Participação popular – art. 124

PONTO FACULTATIVO – art. 47, XL

PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS – art. 10, VIII; arts. 174 ao 178

PORTARIA

Do Prefeito – art. 57, II

POSSE

Na sessão de instalação legislativa – art. 23, § 3º

PREFEITO/VICE-PREFEITO

Atos administrativos – art. 57

Atribuições – art. 47

Autorização p/ ausentar por +15 dias – art. 18, VI; art. 46; art. 47, XXXIII

Contrair empréstimos/realizar operações de crédito – art. 47, XXV

Convocação extraordinária da Câmara – art. 47, XXI

Contas do – art. 18, VIII; arts. 37 e 38; art. 47, XI

Convocar para prestar esclarecimentos – art. 18, XIV

Eleição – art. 41

Impedimento – art. 44

Posse do Prefeito e Vice – art. 18, IX; art. 42

Proibições – art. 61

Publicará – art. 55

Substituição – art. 43

Sucessão – art. 43

Teto p/ remuneração dos demais – art. 10, XI

Tomada de contas – art. 18, XI; arts. 37 e 38

Transição administrativa – art. 47, XLVI

Vacância do cargo – art. 42, parágrafo único; art. 44; art. 45

Vedação – arts. 49 e 50

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

Compõe a Mesa Diretora – art. 24, *caput*

Ocupa cargo de Prefeito – art. 44

Representante do Poder Legislativo – art. 24, § 2º

PRESTAÇÃO DE CONTAS – art. 18, VIII e XI; arts. 37 e 38

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Aposentadoria (regras gerais) – art. 12

Aposentadoria em cargos ou empregos temporários – art. 12, § 2º

Cálculo de proventos – art. 12, § 5º

Pensão por morte – art. 12, § 7º

Reajuste de proventos – art. 12, § 6º

Regime próprio – art. 10, XXII

Tempo de serviço – art. 12, § 3º

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – art. 53

PROJETO DE LEI

Aumento de despesa vedado – art. 30

Rejeitado – art. 33

Sanção – art. 32, *caput*

Urgência na votação (Prefeito) art. 31

Veto – art. 32 §§ 1º ao 6º

PROMULGAÇÃO – art. 32, § 7º

PUBLICIDADE

Jornal do Município – art. 54

Pelo Prefeito – art. 55

Promoção pessoal – art. 10, § 1º

LETRA (Q)

QUÓRUM

Deliberações da Câmara – art. 16

LETRA (R)

RECEITA – arts. 85 ao 89

RECLAMAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS – art. 10, § 3º

REINTEGRAÇÃO – art. 13, § 2º

RESPONSABILIDADE OBJETIVA – art. 10, § 5º

REVISÃO GERAL ANUAL – art. 10, X

LETRA (S)

SANEAMENTO BÁSICO – art. 128

SAÚDE – arts. 179 ao 184

Direitos fundamentais – art. 180

Natureza pública – art. 181

Recursos – art. 183

Secretaria de Saúde (competências) art. 184

Sistema Municipal de Saúde – art. 182

SECRETARIAS MUNICIPAIS

Criação/estruturação – art. 17, XII; art. 52

Secretários municipais – art. 51

SERVIÇO PÚBLICO

A título precário – art. 65, *caput*

Concessão – art. 65

Convênio/consórcio – art. 68

Permissão – art. 65

Tarifas – art. 66

SERVIDOR PÚBLICO

Proibições – art. 61

SESSÃO

De instalação legislativa – art. 23, § 3º

Legislativa extraordinária – art. 23, §§ 4º e 5º

SUBSÍDIO

Prefeito/Vice/Vereador/Secretário – art. 18, XXIII

LETRA (T)

TAXAS – art. 75; art. 118, II

TERRENO DE MARINHA – art. 122

TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO – art. 18, XIX

TOMBAMENTO – art. 118, VIII

TRANSIÇÃO ADMINISTRATIVA – art. 47, XLVI

TRANSPORTE COLETIVO – arts. 198 ao 200

TRIBUNA

Uso por representantes de entidades – art. 23, § 6º

TRIBUTOS

Arrecadação – art. 47, XVI

Caráter pessoal – art. 70

Conselho de Contribuintes – arts. 81 e 84

Contribuição de melhoria – art. 76

Contribuição previdenciária/assistência social – art. 77

Impostos – art. 74

Incidência – art. 71

Limitações ao poder de tributar – art. 72

Processo administrativo tributário – art. 78 ao 84

Taxas – art. 75

Tipos – art. 69

Tributação dos vazios urbanos – art. 118, IX

LETRA (U)

URGÊNCIA

Convocação extraordinária – art. 23, § 4º

Obras e serviços – art. 64, § 1º

Votação – art. 31, *caput* e § 1º

LETRA (V)

VENCIMENTO

Acréscimos pecuniários – art. 10, XIV

Irredutibilidade – art. 10, XV

Vinculação/equiparação vedadas – art. 10, XIII

VEREADORES

Eleição – art. 15, § 2º

Inviolável – art. 19

Mandato (tempo) – art. 15, § 1º

Número – art. 15, § 3º

Perda do mandato – art. 21 e 22

Proibições – art. 61

Vedações – art. 20

VETO

Câmara: Prazo – art. 32, § 4º

Parcial – art. 32, § 2º

Prefeito: Motivos/Prazo – art. 32, § 1º; art. 47, IV

Promulgação Prefeito – art. 32, § 5º

Silêncio do Prefeito – art. 32, § 3º

Trancamento da pauta – art. 32, § 6º

VOTO DE DESCONFIANÇA – art. 18, XXIV

LETRA (Z)

ZONEAMENTO – art. 124. §§ 1º e 2º